



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)
CAMPUS CORA CORALINA
PPGEO – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Letícia Borba

**CARTOGRAFIAS EXISTENCIAIS DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA
AUDITIVA E SURDAS TRABALHADORAS NA CIDADE DE GOIÂNIA (GO)**

Goiás (GO)

2021

LETÍCIA BORBA

**CARTOGRAFIAS EXISTENCIAIS DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA
AUDITIVA E SURDAS TRABALHADORAS NA CIDADE DE GOIÂNIA (GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves.

Goiás (GO)

2021

FOLHA DE JULGAMENTO

Título: Cartografias existenciais de mulheres com deficiência auditiva e surdas trabalhadoras na cidade de Goiânia (GO)

Mestranda: Letícia Borba

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UEG)

Data da defesa: 20 de maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves
Presidente da Banca / Orientador (PPGEO-UEG)



Profa. Dra. Ana Carolina de Oliveira Marques
Convidada Interno (PPGEO-UEG)



Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro
Convidado Externo (UFG)

Goiás (GO)

2021

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

B726c Borba, Letícia.

Cartografias existenciais de mulheres com deficiência
auditiva e surdas trabalhadoras na cidade de Goiânia (GO) [manuscrito] / Letícia Borba. –

Goiás, GO, 2021.89f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de
Goiás, 2021.

1. Cartografias existenciais. 2. Deficiência auditiva - surdez.

3. Trabalho e gênero - mulher. 4. Trabalho e inclusão.

CDU: 364-78(817.3)

DEDICATÓRIA

A experiência de mundo a qual utilizei para o processo de construção, ainda inacabado, do meu eu, me trouxe e ainda me traz excelentes oportunidades de crescimento. As mazelas de uma afrodescendente, suburbana de família com pouco poder aquisitivo e com a mãe solo, fizeram com que eu acreditasse que não teria direito de ser amada, culta, quiçá respeitada por quem de fato sou, com meus pensamentos e conhecimentos.

Nas idas e vindas da vida me casei com Vlademir Machado, um homem extraordinário, que me dizia que eu era uma pedra preciosa que precisava ser reconhecida e muito bem cuidada.... Em todas minhas situações profissionais e familiares, ele era meu orientador, o meu mentor, o meu apoio emocional, meu apoio financeiro. Sorria comigo nos momentos alegres, chorava comigo nos momentos tristes. Tinha sempre um lindo par de olhos verdes me dizendo que eu conseguiria conquistar meus objetivos e mais, sempre repetia a frase: “eu estou aqui”. Como a vida tem algumas coisas que não entendemos, ele adoeceu fortemente dos pulmões. Foram quatro anos difíceis, nos quais ele sempre deixava claro que queria viver e superou todas as expectativas médicas de sobrevivência mediante a gravidade da fibrose pulmonar.

Certa feita com a oportunidade de concorrer ao mestrado ele mesmo na dificuldade física e respiratória, me incentivou a estudar para concorrer à vaga; comprou livros, acompanhava matrículas, ouvia minhas redações que eu construía para melhorar a escrita e, enfim, ingressei no mestrado como aluna e durante um ano ele esteve firme me apoiando nas viagens. Às vezes, viajava comigo, ficava em hotéis enquanto eu estudava.

Mas chegou um dia eu já não podia vê-lo, ouvi-lo, tocá-lo porque ele já não estava entre nós...

É a ele, *Vlademir Machado (in memoriam-20.08.1959-25.02.2020)* que dedico cada palavra e sentido dessa dissertação de mestrado.

Obrigada, meu amor...

AGRADECIMENTOS

Alguns chamam-no de Universo, outros chamam-no de Energia Positiva, Outros de Divindades, Forças Cósmicas, mas a maioria intitula como Deus. O fato é que este ser infinitamente sábio e generoso merece minha prece de agradecimento pela grande oportunidade de participar deste Curso de Pós-Graduação em Geografia em uma universidade pública, respeitada e conceituada como a Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina.

Agradeço o apoio e incentivo da minha família, meus pais Sandra Maria Borba e Padrasto Paulo da Silva Dias; meu irmão e esposa Rogério Henrique Borba e Carla de Brito; meu filho Eliel Enom Borba C. Machado e filhas Cristhiane Borba da Cunha e Patrícia Borba da Cunha; e minha sobrinha Wanessa Natiele Brito Borba. Vocês foram fundamentais nesse processo.

A minha história acadêmica tem como incentivador o Professor Eguimar Felício Chaveiro, do qual não tenho palavras para agradecê-lo. Obrigada, Professor Eguimar. Suas aulas, projetos, palestras e sua essência humana é fonte inspiradora ao meu desejo de conhecimento.

Foi por intermédio do professor Eguimar que tive a honra de conhecer o Professor Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos, que gentilmente colaborou de forma importante na construção da pesquisa referente a saúde da trabalhadora e do trabalhador. Obrigada Professor Fadel, você é peça chave na proposta de pensar a vida das mulheres deficientes auditivas e surdas trabalhadoras.

Fui privilegiada em ter como Orientador o Professor Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves. Sua jovem aparência esconde um gigante intelectual, que em sua sensibilidade, única, abraçou meu projeto de pesquisa e me norteou sabiamente, cuidadosamente e exigentemente a construir uma pesquisa com bases literárias e científicas sólidas e ao mesmo tempo com a dose exata do empírico emocional. Obrigada, Professor Ricardo.

Agradeço a toda equipe de Professores dos quais tive o privilégio de interagir durante as aulas presenciais e virtuais. Faço esse agradecimento mencionando o Coordenador do PPGeo-Campus Cora Coralina, 2019-2020. Obrigada, Professor Murilo Mendonça Oliveira de Souza, por sua dedicação cuidado e paciência com cada um de nós estudantes do curso.

Não há como deixar de mencionar meus agradecimentos fortemente ao Grupo *Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira)* do qual é coordenador o Professor Eguimar Felício Chaveiro. Cada uma das reuniões presenciais e virtuais contribuíram muito para meu progresso de pesquisa.

Cada um dos membros tem uma parcela em meu processo de amadurecimento e pesquisa. Muito obrigada a todas e todos.

É com carinho que menciono aqui minhas queridas e meus queridos colegas de curso PPGEQ. Foram meses de convivência e aprendizado recheados de parcerias e afeto. Foi um privilégio para mim. Obrigada a vocês, amigas e amigos! A saudade é parte desse sentimento de gratidão.

É preciso ser surdo para entender...

Como é “ouvir” uma mão? Você precisa ser surdo para entender!

O que é ser uma pequena criança na escola, numa sala sem som com um professor que fala, fala e fala e, então, quando ele vem perto de você ele espera que você saiba o que ele disse?

Você precisa ser surdo para entender!

Ou o professor que pensa que para torná-lo inteligente você deve, primeiro, aprender como falar com sua voz assim, colocando as mãos no seu rosto por horas e horas sem paciência ou fim, até sair algo indistinto assemelhado ao som?

Você precisa ser surdo para entender!

Como é ser curioso na ânsia por conhecimento próprio com um desejo interno que está em chamas e você pede a um irmão, irmã e amigo ajuda, que respondendo lhe diz: “Não importa”!

Você precisa ser surdo para entender!

Como é estar de castigo num canto embora não tenha feito realmente nada errado a não ser tentar fazer uso das mãos para comunicar a um colega silencioso um pensamento que vem, de repente, a sua mente?

Você precisa ser surdo para entender!

Como é ter alguém a gritar pensando que irá ajudá-lo a ouvir ou não entender as palavras de um amigo que está tentando tornar a piada mais clara e você não pega o fio da meada porque ele falhou?

Você precisa ser surdo para entender!

Como é quando riem na sua face quando você tenta repetir o que foi dito somente para estar seguro que você entendeu e você descobre que as palavras foram mal-entendidas? E você quer gritar alto: “Por favor, me ajude, amigo!”.

Você precisa ser surdo para entender!

Como é ter que depender de alguém que pode ouvir para telefonar a um amigo ou marcar um encontro de negócios e ser forçado a repetir o que é pessoal e, então, descobrir que seu recado não foi bem transmitido?

Você precisa ser surdo para entender!

Como é ser surdo e sozinho em companhia dos que podem ouvir e você somente tenta adivinhar, pois não há ninguém lá com uma mão ajudadora enquanto você tenta acompanhar as palavras e a música?

Você precisa ser surdo para entender!

Como é estar na estrada da vida e encontrar com um estranho que abre a sua boca e fala alto uma frase a passos rápidos e você não pode entendê-lo e olhar no seu rosto porque é difícil e você não o acompanha?

Você precisa ser surdo para entender!

Como é compreender alguns dados ligeiros que descrevem a cena e fazem você sorrir e sentir-se sereno com a “palavras falada” de mão em movimento que torna você parte deste mundo tão amplo? **Faça-me sentir igual a você!**

(MADSEN-1975) autor surdo.

RESUMO

Esta pesquisa, com base na perspectiva das “cartografias existenciais”, objetivou “cartografar” as densas trajetórias de existência e inserção no mundo do trabalho de mulheres com deficiência auditivas e surdas trabalhadoras. Com efeito, sublinhou as dificuldades que carregam sendo mulheres, sendo surdas e deficientes auditivas no âmbito laboral. O objetivo geral da pesquisa foi compreender as trajetórias espaciais de trabalhadoras surdas de Goiânia reconhecendo dimensões da sua condição de Pessoa com Deficiência numa sociedade denominada eficiente. Desta forma, a pesquisa primou por desenvolver interpretações de trajetórias espaciais de trabalhadoras surdas a partir de suas inserções sociais em Goiânia. Reveladora de cartografias existenciais de um grupo de mulheres surdas trabalhadoras na cidade de Goiânia, a pesquisa identificou problemas, contradições e potencialidades das trabalhadoras surdas na sociabilidade urbana. A metodologia contou com procedimentos de pesquisa qualitativa. Entre esses procedimentos, destacou-se a revisão bibliográfica, as entrevistas não estruturadas, a participação em eventos e espaços de diálogos e lutas por direitos como a Associação de Mulheres Surdas de Goiânia e Associação de Surdos e Surdas de Goiânia. Nessas associações, as entrevistas permitiram entender a dinâmica dos sujeitos surdos enquanto pessoas trabalhadoras. A pesquisa demonstrou que existem dificuldades de permanência dessas mulheres nas empresas diante de uma realidade de rotatividade e adoecimentos físicos e psicológicos, dificuldades de comunicação em espaços públicos, nas empresas e na família. Os resultados são reveladores de densas trajetórias de mulheres com deficiência auditiva e surdas que enfrentam estruturas históricas de preconceitos, segregação e desafios enfrentados pelas Pessoas com Deficiência. São histórias de mulheres que constituem o caminho da vida enfrentando barreiras físicas e atitudinais, mas carregam experiências de conquistas na educação, nas lutas por direitos, no emprego como fonte de autonomia e alegria; são guardiãs de sonhos por uma sociedade de justiça e dignidades plenas.

Palavras chave: Cartografias existenciais. Trabalho. Mulheres. Surdez. Goiânia (GO).

ABSTRACT:

This research, based on the perspective of "existential cartographies", aimed to "cartograph" the dense trajectories of existence and insertion in the world of work of deaf and deaf women female workers. Indeed, she underlined the difficulties that they carry being women, being deaf and hearing impaired people in the workplace. The general objective of the research was to understand the trajectories space of deaf workers from Goiânia recognizing dimensions of their condition as a person with Disability in a so-called efficient society. In this way, the research excelled in developing Interpretations of spatial trajectories of deaf workers from their social insertions in Goiania. Revealer of existential cartographies of a group of deaf workers in city of Goiânia, the survey identified problems, contradictions and potential of female workers deaf people in urban sociability. The methodology included qualitative research procedures. In between these procedures, highlighted the literature review, unstructured interviews, participation in events and spaces for dialogue and struggles for rights such as the Association of Deaf Women of Goiânia and the Deaf and Deaf Association of Goiânia. In these associations, the interviews allowed us to understand the dynamics of deaf subjects as working people. Research has shown that there are difficulties in the permanence of these women in companies in the face of a reality of turnover and physical and psychological illnesses, communication difficulties in public spaces, in companies and in the family. The results reveal the dense trajectories of women with hearing impairment and deaf people who face historical structures of prejudice, segregation and challenges faced by Disabled people. These are stories of women, who constitute the path of life facing physical and attitudinal barriers, but they carry experiences of achievements in education, in the struggle for rights, in employment as a source of autonomy and joy; are guardians of dreams for a society of justice and full dignities.

Keywords: Existential cartographies. Work. Women. Deafness. Goiânia (GO).

LISTA DE SIGLAS

ABRH/GO - A Casa do Profissional de RH no Estado de Goiás

AMDAS/GO - Associação de Mulheres Surdas de Goiás

BPC - Benefício de Prestação Continuada

BPC - Benefício de Prestação Continuada

FIMTPODER - Fórum Goiano de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Deficiência e dos Reabilitados pelo INSS

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Segurança Social

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

PcD – Pessoas com Deficiência

PPGEO - Pós-graduação Stricto Sensu em Geografia

PROLABOR - Associação Pestalozzi de Goiânia

SB - Síndrome de Burnout

SEDUC - Secretaria de Estado da Educação

SESC – Serviço Social do Comércio

SNIG - Pesquisa Nacional de Informação de Gênero

TDAH - Síndrome de Hiperatividade

TPL - Transtorno de Personalidade Limítrofe

UEG - Universidade Estadual de Goiás

UFG - Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
1 CAMINHADAS EM UM MUNDO SILENCIOSO: AS CARTOGRAFIAS EXISTENCIAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	19
1.1. Trilhar densos territórios: elos entre geografia, cartografias existenciais e pessoas com deficiência	19
1.2 Deficiência? O mundo silencioso da mulher surda	24
1.3 Elementos da cultura da Comunidade Surda	28
2. (DES) ENCONTROS ENTRE TRABALHO E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	34
2.1 A inserção de trabalhadoras surdas no mundo do trabalho	36
2.2 Mapas e trajetórias espaciais de trabalhadoras surdas na cidade de Goiânia	53
3 A PERCEPÇÃO DE MULHERES SURDAS TRABALHADORAS: O TRABALHO COMO FONTE DE DIGNIDADE, O TRABALHO COMO FONTE DE OPRESSÃO	63
2.1 Trajetórias que se (des)encontram em um mundo silencioso	66
<i>Jordana Ataíde de Almeida</i>	<i>67</i>
<i>Ademacy Alves da Silva</i>	<i>68</i>
<i>Lorrana Dima da Costa</i>	<i>71</i>
<i>Lysandra Christina Batista</i>	<i>73</i>
<i>Laryssa Vitória Rocha Toledo</i>	<i>76</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERENCIAS	85

APRESENTAÇÃO

Desde a infância encantada com livros e papéis, brincava de ser professora. Posteriormente, a vocação permeou entre enfermagem e magistério. Contudo, no segundo grau escolar cursei o tão sonhado curso de magistério no Instituto de Educação Estadual Presidente Castelo Branco, Goiânia (GO). A possibilidade de compartilhar conhecimentos e provocar crescimento intelectual se tornava cada vez mais “viciante” e motivava meu engajamento nos estudos.

Aos dezesseis anos de idade houve o primeiro casamento, que me resultou em três lindos filhos. Diante disso, tive de interromper por duas vezes a carreira profissional para exercer a função materna. Depois de dez anos de casamento resolvi tentar ingressar no concurso público de professores da Rede Estadual de Ensino do Estado de Goiás e na Universidade Estadual de Goiás (UEG), para o curso de Geografia.

Para o concurso público em 1999, enquanto meus filhos estudavam na escola pública, eu estava na biblioteca da mesma escola, com permissão da diretora escolar, “devorando” cada livro contido nas referências que direcionavam o conteúdo a ser avaliado na prova do concurso. Esse processo se repetiu para o ingresso no vestibular da época no programa de faculdade parcelada da UEG, em 2001. Fui aprovada em ambos. Sequencialmente cursei especialização em Educação Ambiental na Universidade Federal de Goiás (UFG), em 2005. Desde então trabalhei por cerca de seis anos nas escolas da periferia de Goiânia, região noroeste, como alfabetizadora, professora de geografia e em tantas outras atividades inerentes ao magistério.

No ano de 2005, fui convidada a trabalhar na Regional de Educação, na área pedagógica, por reconhecerem em mim um perfil inovador e motivacional capaz de envolver os estudantes. Depois disso foram 12 anos trabalhando na área pedagógica realizando formações com cerca de quatrocentos coordenadores pedagógicos das escolas estaduais de Goiânia. Nesse período, por cinco anos atuei como diretora do Núcleo Pedagógico, onde coordenava as cento e trinta escolas estaduais da Cidade de Goiânia, no que tange à execução de projetos vindos da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), projetos pedagógicos criados por nosso departamento e outros fatores inerentes ao cargo.

No contexto de trabalho na regional de educação, achei pertinente cursar a faculdade de licenciatura Plena em Pedagogia, que terminei no ano de 2018 na Universidade Estadual do Vale do Acaraú. Mas ainda me faltava algo, já com filhos crescidos e casados, o desejo de voltar a estudar explodiu ao ser aprovada no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em

Geografia (PPGEO), da UEG – Campus Cora Coralina, com proposta de pesquisa sobre mulheres com deficiência e surdas trabalhadoras¹.

Destaca-se que a possibilidade de cursar Mestrado, fortalecer a pesquisa sobre mulheres surdas trabalhadoras, antes de compor a minha trajetória de vida, foi fortalecida pela participação engajada nas atividades do Grupo de Pesquisa e Extensão Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira), coordenado pelo Prof. Eguimar Felício Chaveiro. O tema do “trabalho, Pessoas com Deficiência e cartografias existenciais” fazia parte de discussões frequentes no Grupo; pesquisadores do Grupo estavam envolvidos com a temática, inclusive o professor Ricardo Júnior de Assis F. Gonçalves, que se tornou depois meu orientador.

Desse modo, algo vivenciado por mim, por minha densa “caminhada existencial”, foi avultado. Com efeito, por que este tema? Simplesmente porque é uma realidade vivida por mim desde a gravidez.

Os medos, preconceitos, rejeições, olhares pejorativos, piadas e segregações de uma pessoa surda, acompanhei desde a infância de Patrícia, minha segunda filha. Por formação congênita, nasceu com surdez bilateral. O motivo: não existia na época a vacina contra a rubéola, da qual fui acometida no segundo mês de gravidez. Atravessamos lutando contra as desigualdades durante a infância, a adolescência, a juventude e, agora, ela sendo adulta, percebo ser fundamental levar a luta por direitos, respeito e dignidade das mulheres surdas trabalhadoras adiante. Ao conviver com minha filha e suas amigas, é duro perceber o preconceito, o descaso e o desprezo frequentes, seja em ambientes de estudo, trabalho ou lazer, por esse grupo de mulheres. Grupo esse que já sofre por serem “mulheres”, sofre por serem “surdas”, em sua maioria com pouca instrução, de famílias trabalhadoras e sendo a maioria delas afrodescendentes.

Com efeito, objetivo ir além em meus estudos, pois por menor que seja a intervenção social da pesquisa na atualidade, pesquisar e publicizar os processos sofridos pelas Mulheres Surdas Trabalhadoras é provocar uma ação conjunta a favor delas.

¹ Para a comunidade surda é importante identificar o grau de surdez do qual cada membro é acometido. As pessoas com perdas auditivas em graus leves, médios ou severos, são identificadas como "deficientes auditivos". É natural para a maioria das pessoas surdas que são acometidas de surdez profunda bilateral, serem identificadas como "surdas", uma vez que a identificação de pequenos sons ou ruídos fazem uma enorme diferença na experiência de vida dessas pessoas. Entre a comunidade de pessoas surdas ou com deficiência auditiva é mister se respeitar sua condição auditiva como parte primordial de sua característica enquanto sujeito de sua história.

INTRODUÇÃO

Donde sai o pão? Pergunta o filho.
 Sai do trigo, responde o pai.
 E o trigo donde sai?
 Da mão, o pai responde.
 Como é a mão
 Donde sai o trigo? Pergunta o filho cego.
 É calejada, responde o pai.
 Pai, calejada por quê?
 Para amenizar o sofrimento dos homens.
 E o sofrimento dos homens, por onde sai, pai?
 Não sai, diz o pai, nunca sai.

(*Pão e pai*. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos)

O poema acima, extraído do livro *Saúde, Trabalho e Justiça*, do médico, professor e poeta Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos, sublinha a atenção arguta do autor aos que não enxergam, os cegos, mas fazem da pergunta um modo de vasculhar o mundo, apalpá-lo amiúde e imaginá-lo. Os versos não só dizem do trabalho e dos sofrimentos das mulheres e homens, que nunca passam, mas do engajamento do poeta com suas palavras rebeldes como rios de valentia, coragem e solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras. Sendo assim, as palavras do poeta tornam-se introito aos resultados da pesquisa apresentados nesta dissertação, que conta com relatos de mulheres surdas trabalhadoras de Goiânia (GO).

A humanidade constrói sua história desde a antiguidade baseada nas relações sociais, na densa experiência coletiva. Todavia, as distintas formas de organização em comunidade ou a família, foram impactadas pelo modo de produção capitalista e seus efeitos na vida social. A partir do século XV, as relações de produção, a subjetividade dos sujeitos e o trabalho foram sendo transformados e apropriados com o objetivo de acumulação de capital. Diante disso, vítima de maus tratos, preconceitos e constante assédio moral e sexual, as mulheres sofreram e sofrem distintas formas de exploração. Logo, a exploração de seu corpo e de seu trabalho tornaram-se uma das estratégias de acumulação na sociedade capitalista (FEDERICI, 2017).

Nesta sociedade que prioriza a força do trabalho explorada e geradora de mais-valor, que ignora sentimentos e necessidades garantidoras de dignidade humana, a pessoa com deficiência é vista como um empecilho à produtividade. Essa situação é aguda para mulheres com deficiência em uma sociedade que privilegia o discurso da eficiência produtiva para o

capital; que privilegia o empreendedorismo e a exigência de um sujeito que produza “sempre mais”, que seja competitivo como no esporte (DARDOT e LAVAL, 2016).

O trabalho é fonte de dignificação humana. A produção e a reprodução das condições objetivas e subjetivas da vida social são dependentes do trabalho. Contudo, na sociedade capitalista, a transformação do trabalho em fonte de exploração e lucro impõe processos e práticas de exclusão, adoecimento e humilhação. Isso demonstra que, se por um lado o trabalho é essência, substrato e substância da vida digna; por outro, pode ser matéria de exploração, deterioração da saúde e causação de morte.

Logo, disso surgem as perguntas: como vivem e trabalham as mulheres com deficiência auditiva e surdas trabalhadoras de Goiânia (GO)? O que as cartografias existenciais dessas mulheres revelam do mundo do trabalho? E o que o mundo do trabalho evidencia da construção de seus mundos subjetivos e coletivos?

De acordo com os resultados de pesquisa do Sistema Nacional de Informação de Gênero (SNIG), extraído do IBGE- Censo Demográfico 2010, aproximadamente 2,2 milhões de pessoas (1,1% da população) possuíam deficiência auditiva no Brasil. Esses dados abrangem “pessoas com deficiência auditiva como aquelas com surdez nos dois ouvidos, ou surdez em um ouvido e audição reduzida no outro, ou audição reduzida em ambos os ouvidos” (IBGE, 2013, p.1).

Para Chaveiro e Vasconcellos (2018, p.28), “pessoas são as células do corpo social e só há desenvolvimento social com o desenvolvimento celular dos corpos sociais articulados das Pessoas”. Ademais, essas pessoas com deficiência auditiva, “células da sociedade”, em referência ao Estado de Goiás tem o número de 30.508 (IBGE, 2010).

Em Goiânia, capital de Estado de Goiás, referência espacial desta pesquisa, existem cerca de 5.766 pessoas com deficiência auditiva (IBGE, 2013). São mulheres e homens que vivem e procuram se adaptar em espaços sem acessibilidade auditiva, pessoas que trabalham, estudam, constroem família e participam de grupos sociais. Esse tipo de deficiência demonstrou-se mais abrangente para as pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto (1,8%) e no grupo de 60 anos ou mais de idade (5,2%). De acordo com a pesquisa (IBGE, 2013), o número de mulheres surdas e com deficiência auditiva é pouco menor que o número de homens surdos e com deficiência auditiva.

Sendo assim, com base na perspectiva das “cartografias existenciais” (CHAVEIRO e VASCONCELLOS, 2018), a presente pesquisa objetiva cartografar as experiências de vida e de trabalho de mulheres com deficiência auditiva e surda em Goiânia (GO). Para isso,

intenciona-se avançar na perspectiva das dificuldades que carregam sendo mulheres, sendo surdas e deficientes auditivas no âmbito laboral. Existem dificuldades de permanência dessas mulheres nas empresas, o que revela uma grande rotatividade e adoecimentos físicos e psicológicos das mesmas, como demonstraram os resultados da presente pesquisa.

Ao proceder assim, com apoio de pesquisa qualitativa demonstramos a relação entre os “mapas do trabalho” impregnados nestas mulheres e a produção de seus mundos; mundos sublinhados de sonhos, medos, perdas, explorações, contradições, doçuras e lutas por justiça e dignidade. Portanto, para sistematizar essas apreensões a pesquisa exigiu um engajamento participativo; uma observação direta e atenta das mulheres trabalhadoras que fizeram parte desta pesquisa; uma interação substantiva com seus mundos cotidianos e de trabalho, pois sabíamos que seria esse o caminho para acessar e interpretar as suas densas trajetórias.

A metodologia conta com procedimentos de pesquisa qualitativa. Entre esses procedimentos, destacam-se a revisão bibliográfica, as entrevistas não estruturadas, a participação em eventos e espaços de diálogos e lutas por direitos como a Associação de Mulheres Surdas de Goiânia e Associação de Surdos e Surdas de Goiânia. Nessas associações, as entrevistas permitiram entender elementos do cotidiano dos sujeitos surdos enquanto pessoas trabalhadoras.

Para Minayo (2010), o método qualitativo é aquele que se aplica ao estudo da história das representações, das crenças, das percepções que os seres humanos constroem a respeito de como vivem, urdem seus artefatos e a si mesmos. Desta forma, a pesquisa qualitativa proporcionou entender em que lugar no mundo estão as mulheres com deficiência auditiva e surdas trabalhadoras. Facilitou ainda a compreensão dos motivos pelos quais resultam em perdas financeiras, perdas da qualidade emocional devido a não realização profissional que traz uma correlação de *status* social frustrado. Por meio da análise de informações qualitativas, identificamos os principais conflitos encontrados pelas mulheres surdas trabalhadoras, com foco no seu mundo de trabalho.

Entre os procedimentos de pesquisa qualitativa, as entrevistas se destacaram. Com efeito, procedeu-se de entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres surdas de diferentes idades, nível escolar e experiências no mundo do trabalho. Nas entrevistas semiestruturadas um roteiro com algumas perguntas centrais foi elaborado. Contudo, no decorrer dos diálogos novas questões emergiram, conforme ocorrido no caso das entrevistas. Destaca-se que quatro das entrevistas foram realizadas por intermédio do contato direto com as mulheres e apenas uma ocorreu de modo virtual, devido a pandemia.

Quanto às escolhas, alguns fatos foram importantes, como a possibilidade de contar com acesso a pessoas que faziam parte de minha vivência, entre elas amigas de minha filha surda. Assim, entre as entrevistadas destaca-se Ademacy, uma mulher cuja trajetória de vida avulta a experiência em ser chefe de família, mãe e trabalhadora. Para entrevistá-la, contatos prévios foram realizados, com definição de dia e horário para não intervir em sua rotina de trabalho. Com efeito, estive no seu lar por três vezes com o propósito de aprofundar observações, fortalecer interpretações através de diálogos que propiciaram o acúmulo de informações de pesquisas.

Outra mulher trabalhadora entrevista foi Jordana, uma jovem que morava no interior de Goiás, na cidade de Itaberaí, e migrou para a cidade de Goiânia. A conheci na cidade de Itaberaí e tendo o seu contato soube da mudança para a capital do Estado intencionada a morar e trabalhar. Jordana é uma jovem solteira, concluiu um curso de pedagogia e ingressou no mundo de trabalho. Com efeito, considerou-se importante a entrevista por distinguir-se da primeira entrevistada. Isso por ser uma jovem solteira, que concluiu os estudos no Ensino Superior e está iniciando a vida profissional. Apesar das distintas visões e experiências de mundo entre ela e a primeira entrevistada, os problemas sociais permanecem por serem mulheres surdas trabalhadoras. Jordana saiu de Itaberaí por não encontrar trabalho, mesmo com Ensino Superior.

Para exemplificar as entrevistas do ponto de vista do caminho metodológico usado na pesquisa, o contato com Laryssa também se destacou. Laryssa é uma jovem que cursa Ensino Médio, trabalha em meio período como jovem aprendiz, é recém-casada e sem filhos. Devido às dificuldades de continuidade das pesquisas com entrevistas no contexto da pandemia da Covid-19, recorreremos ao apoio de amigas que possuem contato com a comunidade surda. Assim, para acessar essa terceira entrevistada, contou-se com a colaboração de uma intérprete, que nos apresentou a ela e fez a mediação para realizarmos a entrevista. A entrevista ocorreu na casa da família dessa jovem, com presença da mãe, o irmão e outra irmã que é ouvinte; e ambos interagiram com as perguntas. É nítido que a postura que teve diante das perguntas e da vida tem muito a ver com o apoio familiar que possui; toda a família sabe Libras e interagiram com as perguntas que realizamos.

A nossa participação em eventos e espaços de diálogos e lutas por direitos de PcD, incluindo a inserção no mundo do trabalho, também foi fundamental na construção do caminho metodológico da pesquisa. Assim, contatamos e entrevistamos três importantes personagens destas lutas: José Guitônio Guedes Dantas, da Associação Pestalozzi - Unidade Pór-Labor; Vera Balbino Rodrigues Machado, presidente da Associação de Mulheres Surdas de Goiás

(AMDAS-GO); e Edna Mesquita, Coordenadora do Fórum Goiano de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Deficiência e dos Reabilitados pelo INSS (FIMTPODER).

Ademais, com foco na fundamentação teórico-metodológica, ao partir-se do diálogo com a “cartografia existencial”, compreendemos os limites do modelo de cartografia hegemônico, fundado na representação geométrica e pretensamente neutra do espaço. Seus mapas podem revelar cores, longitudes, latitudes, símbolos, números, mas não revelam o que pensa, sonha, ama e sente as pessoas que habitam os territórios representados.

Diante disso, as cartografias existenciais suplantam a concepção de “mapa geométrico e tradicional” ao propor a representação das densas trajetórias de vida dos sujeitos e suas experiências com o espaço. Por conseguinte, dizer das cartografias existenciais de trabalhadoras surdas significa “cartografar existências”, demonstrar que estão implicadas em espaços e tempos da sociedade em que vivem e trabalham.

Com sentido visual aguçado, os olhares atentos e perspicazes apreendem cada movimento como parte de um diálogo. As mulheres surdas trabalhadoras buscam interagir entre as pessoas ouvintes no contexto social e laboral. As expressões faciais de seus interlocutores e os movimentos dos lábios tornam-se importantes fontes de informações que são decifradas em detalhes, porém nem sempre tocam o que se mantém invisível na singularidade de cada pessoa.

A intensidade da voz, a afetividade contida na sonoridade de cada palavra da mãe, os sons da natureza como a melodia das canções dos pássaros ou a entonação alegre da voz de acordo com as emoções de seus interlocutores não fazem parte da vida silenciosa das mulheres surdas trabalhadoras. A rotina de diálogo dessas mulheres pode ser comparada a uma ação constante de assistir ao telejornal sem som, apenas com legenda. E isso representa um desafio difícil de ser transposto, considerando a precarização educacional vivenciada pelas Pessoas com Deficiência (PcD).

Por conseguinte, com essa pesquisa, propomos tecer aproximações com o mundo das mulheres com deficiência auditiva e surdas trabalhadoras em Goiânia. Os resultados foram desenvolvidos em três capítulos da dissertação.

No primeiro capítulo, evidenciamos os componentes que permitem as aproximações entre Cartografia Existencial, Cartografia Social e Pessoas com Deficiência. Isso possibilitou esmiuçar as especificidades do objeto de pesquisa, pautados na importância de tornar visível a realidade existencial da mulher com deficiência auditiva e surda trabalhadora na cidade de Goiânia.

A profundidade de se cartografar a existência da mulher com deficiência auditiva e surda trabalhadora de forma sensível apresenta seu mundo e suas trajetórias de vida. O mundo silencioso em que as mulheres surdas vivem e trabalham, seus receios e algumas de suas experiências dolorosas de segregação. As definições semânticas formadas ao longo dos séculos sobre a PcD e a difícil construção de diálogo entre as mulheres surdas trabalhadores em um mundo feito para pessoas ouvintes.

A cultura e a comunidade surdas, as características dessa cultura e os desafios propostos à comunidade surda que precisa conviver em uma sociedade construída para pessoas ouvintes. Esses são elementos centrais que compõem o debate e na reflexão realizadas no primeiro capítulo.

O segundo capítulo sublinha os resultados que revelaram o significado do exercício laboral para as mulheres surdas e a difícil inserção das mesmas no mundo do trabalho por intermédio do emprego. Ademais, explicita o modo como as dificuldades e os desafios encontrados por essas trabalhadoras implicam em sua permanência ou não no trabalho. Ainda neste capítulo encontram-se alguns relatos importantes de pessoas que promovem a inserção de mulheres surdas na atividade laboral e suas percepções a respeito da temática.

Por fim, no terceiro capítulo o foco são as cartografias existenciais de mulheres surdas trabalhadoras de Goiânia. Há a apresentação e a interpretação de relatos destas mulheres. Neles, observaram-se as densas trajetórias de mulheres que possuem experiências distintas no mundo do trabalho, a rotatividade no emprego, as dificuldades e conquistas nos estudos, os obstáculos em termos de comunicação em espaços públicos, nas empresas e na família.

CAPÍTULO 1

1. CAMINHADAS EM UM MUNDO SILENCIOSO: AS CARTOGRAFIAS EXISTENCIAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Neste capítulo apresentamos o processo de construção do caminho metodológico construído na pesquisa sobre as mulheres surdas trabalhadoras. Por isso, o elo entre Geografia e as cartografias existenciais de Pessoas com Deficiência apresentou-se como um desafio teórico e metodológico enfrentado na construção da pesquisa. Demonstrou-se a importância da chamada “virada cartográfica” ou das “novas cartografias sociais” como possibilidades de trabalharmos histórias de vidas, narrativas orais e experiências de trabalho de mulheres surdas trabalhadoras de Goiânia.

1.1 Trilhar densos territórios: elos entre Geografia, Cartografias Existenciais e Pessoas com Deficiência

A ciência Geográfica é composta por uma ampla e diversa tradição teórica, metodológica e conceitual, cuja formação, ao longo da história, expõe elementos metodológicos à leitura do território, do sujeito e da existência. Entre esses elementos, destaca-se a importância da cartografia ou do saber cartográfico e suas possibilidades de representar e interpretar o mundo.

No decorrer do que se convencionou chamar de Geografia Tradicional, no interior da qual os debates incluíam os conceitos de paisagem, região natural, região-paisagem, paisagem cultural e gênero de vida e diferenciação de áreas, o saber geográfico, incluindo a cartografia, geralmente esteve a serviço de potências imperialistas (SANTOS, 1988; LACOSTE, 1988). De 1870 a 1950 a Geografia Tradicional privilegiou os conceitos de paisagem e região. Conforme Corrêa (2012, p.17), “a geografia tradicional em suas diversas versões privilegiou os conceitos de paisagem e região, em torno deles estabelecendo-se a discussão sobre o objeto da geografia e a sua identidade no âmbito das demais ciências.”

Neste contexto, a cartografia tratava-se de uma importante ferramenta de poder requerido e usado pela expansão europeia e seus impérios colonialistas. Os mapas eram construídos traçando linhas imaginárias, repartindo terras sem levar em consideração habitantes originários nesses espaços, promovendo o crescimento do poderio ocidental via ação imperialista. De tal forma que se excluía qualquer outra cartografia que não fosse produzida a

serviço da expansão europeia, estabelecendo regras que fizeram da cartografia um artefato rígido e estático (ROCHA, 2015). Neste sentido, Rocha (2015) destaca que

Desenhou linhas imaginárias que dividiram territórios já constituídos e os povos que neles viviam; apagaram os nomes dos lugares e substituíram-nos por toponímias ocidentais/cristãs; tornou invisíveis civilizações inteiras confinando-as no esquecimento; impôs o modelo do Estado-Nação como única forma possível de governabilidade sobre o território. (ROCHA, 2015, p.31).

Para Rocha (2015), esse era um período no qual a objetividade da matemática era componente prioritário e certo nos estudos geográficos e cartográficos. A neutralidade e a exatidão geográficas provocaram o aparecimento de muitas críticas e metarrelatos que instigavam mudanças.

A cartografia moderna passou a ser alvo de diversos questionamentos e reflexões críticas desde múltiplas perspectivas no interior das ciências sociais. Dentre os aspectos que passam a ser questionados, destacam-se as pretensas objetividade e neutralidade, o caráter universalizante e eurocêntrico. A relação da cartografia com o Estado também é questionada, a partir de abordagens sobre as relações sociais intrínsecas à produção cartográfica, que restringe este processo e limita sua funcionalidade às vontades das elites. (ROCHA, 2015, p.36).

Deste modo, a metamorfose da ciência geográfica, estimulada pelos questionamentos de sua funcionalidade e legitimidade, partiu para novas possibilidades de interpretação e representação do mundo com o aporte da cartografia. O olhar geográfico passou a observar o espaço e suas propriedades, distância, fluxo e hierarquia. Ainda, descobriu-se que os sujeitos que vivem, trabalham e grafam os seus territórios, possuem um sentido subjetivo em que apenas as medições numéricas e a neutralidade não são capazes de expressar. Para Gomes (2003, p.310), “[...] o espaço é sempre um lugar, isto é, uma extensão carregada de significações variadas”.

Com o pensamento em comunhão com o que afirma Gomes (2003), as críticas giravam em torno da necessidade de que a ciência geográfica não continuasse a proporcionar um pensamento dicotomizado e simplista do mundo, sendo necessário, portanto, uma ressignificação do pensamento geográfico. A partir de 1960 esse processo se desenvolveu até chegar ao ato de des-re-cartografar, conforme explica Santos (2004).

Des-re-cartografar significa a expansão do presente e a contração do futuro, ou seja, a dilatação do domínio das experiências sociais já existentes que são produzidas como não existentes e substituição do futuro do tempo linear (um futuro niilista que é tanto tudo quanto nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas. Demonstra a coexistência de totalidades que são em si heterogêneas e ataca a totalidade que representa a racionalidade hegemônica do Estado moderno ocidental. (SANTOS, 2004, p. 798).

O saber cartográfico que por séculos movimentou a tradição do pensar e do fazer geográficos, a partir dos anos 1960 também passou a ser problematizado. Diante de uma nova movimentação de ideias advindas da sociologia ou reflexões filosóficas mobilizadas por filósofos como Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Guattari (1930-1992), expoentes da filosofia da diferença, passaram a esquentar o pensamento geográfico e de não geógrafos. Com efeito, isso contribuiu para que se criasse um conjunto de propostas cartográficas rentes aos eventos qualitativos da vida dos sujeitos. Descobriu-se que a cartografia tradicional efetivada por uma tradição milenar não dava conta de pensar com imaginação e criatividade a vida dos sujeitos.

De acordo com Chaveiro (2017, p.15)

Especificamente a geografia brasileira, em contato com a sociologia e com a filosofia francesa, ao se colocar atenta para cartografar a vida do sujeito, tem criado pressupostos e balizas norteadoras das reflexões dos “novos mapas”. Cartografia social, cartografia da subversão, cartografia de romances, cartografias esquizos – e tantas outras – atijam a imaginação, a criatividade, promovem, não sem perigos, uma verdadeira virada cartográfica.

Conforme observado por Chaveiro (2017), presencia-se uma verdadeira “virada cartográfica” no seio das novas metodologias de pesquisa que vasculham e interpretam o espaço, o sujeito e a existência. Emergem, assim, um novo léxico para referir-se às cartografias que movimentam pesquisas especialmente no campo da Geografia, tais como “novas cartografias sociais”, “cartografias participativas” e “cartografias existenciais”. Pesquisadores como Girardi (2009) e Santos (2016), diante da chamada “virada cartográfica” dedicam atenção e esforço para interpretá-la.

Iniciativas recentes apontam o surgimento de cartografias com denominações como “novas cartografias sociais”, “cartografias participativas”, “cartografias da ação”, “contra-mapeamentos”, entre outras. Tais cartografias se distinguem pela representação de aspectos da realidade (fenômenos, processos, elementos, atores, ações, etc.) pouco valorizados nas representações espaciais cartográficas hegemônicas – aspectos transformados em “não-existências”, como nos diz Boaventura de Souza Santos. Elas ganham distinção, também,

pela produção de novas formas de representar, rompendo com as convenções cartográficas, e por variados processos participativos de produção – o que contempla distintas relações de poder/saber entre os tradicionais detentores dos meios de produção cartográfica e grupos sociais envolvidos nas realidades representadas (SANTOS, 2016, p.16)

Diante disso, modificam-se as concepções convencionais de cartografia e de mapa, como demonstrado por Santos (2016) e Chaveiro (2017). Cada sujeito constrói suas práticas sociais atravessado e constituído por densos conteúdos históricos, culturais, econômicos e representacionais, por isso gerador de cartografias existenciais (CHAVEIRO, 2017). Logo, “outra concepção de mapa e outra leitura de coordenadas, agora ligadas à vida, exigem, por certo, outro dimensionamento da representação” (CHAVEIRO, 2017, p.17).

Nesta perspectiva, essa pesquisa se propôs, por meio da ciência geográfica, investigar em que lugar-território a mulher surda trabalhadora se encontra no contexto laboral. Ao proceder assim, pretendeu cartografar a existência de mulheres surdas trabalhadoras que anteriormente eram invisíveis, ignoradas nas suas mais diversas experiências de mundo. Com base nos princípios das cartografias existenciais, lançamos olhares que excederam os números e dados; assim como suplantaram a neutralidade e frieza das estatísticas de funcionalidade ao sistema social hegemônico. Ou ainda, um olhar que não se reduziu ao “modo como a sociedade burguesa moderna cria empobrecimentos de vida, segrega, elabora preconceitos e faz negócios ideológicos a partir de uma visão liberal do ser humano e da vida” (CHAVEIRO, 2017, p.24).

De acordo com Chaveiro (2017, p.23), é própria das cartografias existenciais “a visita ao ser humano com todas as marcas dos do mundo, trabalho, afeto, traumas, tensões, educação”. Sendo assim, cartografias existenciais de Pessoas com Deficiência mobilizam “noções como trajetória, processo de vida, caminhada existencial, encontro com a terra, com a cultura e consigo mesmo”. Isso faz delas - das Cartografias Existenciais - um modo de interpretar o sujeito na sua íntima ligação com o território.

Trilhamos densos territórios, e ao fazê-lo, fortalecemos o estudo geográfico que explora trajetórias existenciais em contextos laborais das mulheres surdas trabalhadoras na construção de seus mundos. Logo, conforme sublinhado por Gleeson (1999, p.1), “a deficiência é, simplesmente, uma experiência humana de vital importância que a Geografia não pode dar ao luxo de ignorar. A falta de colocar a deficiência como uma preocupação central só pode empobrecer a disciplina, teórica e empiricamente”.

Deste modo, a ciência geográfica valendo-se da metodologia da cartografia social se pauta no mapeamento de sujeitos invisibilizados pela cartografia eurocêntrica e dominante.

Com efeito, a pesquisa geográfica vasculha e aprofunda os territórios, o cotidiano, o trabalho e a existência dos sujeitos historicamente oprimidos ou “subalternos”, propiciando, na mesma escala, o fortalecimento e empoderamento dos mesmos em relação a sua cultura. Cartografias existenciais de mulheres surdas trabalhadoras apreenderam as condições existenciais e/ou de trabalho dessas mulheres, bem como elas se veem na condição de trabalhadoras na sociedade que historicamente segrega e oprime os corpos deficientes.

De acordo com Chaveiro e Vasconcelos (2018), o corpo das pessoas e as suas densas e ricas trajetórias de vida contribuem com a compreensão das cartografias existenciais de PcD. Ainda para esses autores “toda deficiência passa pelo corpo, toda suficiência, de mais ou de menos, passa pelo corpo, mas sempre o corpo histórico” (2018, p.32). Dessa maneira, cartografar existências exige o olhar rente e profundo sobre o ser humano e suas experiências históricas, subjetivas e espaciais.

Em cada trajetória existencial de sujeitos ou de grupos, há cicatrizes, medos, amores, singelezas e sofrimentos grafados nas mãos, no rosto, no olhar, na pele e na memória. Isso demonstra que “pessoas são composições paisagísticas que exibem o que é visível e o que é invisível ao olhar” (CHAVEIRO; VASCONCELOS, 2018, p.32).

Com efeito, a observação e a sensibilidade que veem e apreendem as cartografias existenciais de PcD sabem também que a deficiência “é uma linguagem que passa a habitar um corpo” (LIMA; MENDES, 2018, p.139). Ademais,

É preciso ter corpo para dizer algo da existência. Diz-se com os olhos sem luz, com as ágeis mãos, com as bocas sem palavras e, também, pela falta entalhada em pedaços disformes de um corpo. Diz-se com um corpo negro, um corpo trabalhador, um corpo trans, um corpo ferido. Frida Kahlo, artista mexicana, fez de sua deficiência adquirida por um grave acidente o acervo de sua criação simbólica e de sua arte. Nas telas de tons fortes, a narrativa de suas dores e de sua trajetória, em multifacetados autorretratos, produz um vigoroso mergulho na existência humana, complexa e, ao mesmo tempo, estabelece o confronto com o espaço. Sua arte se expande do espaço aprisionado, a cama, para a universalidade da existência (LIMA; MENDES, 2018, p.241).

Cartografar existências é um processo minucioso de manuseio da observação direta, da escuta atenta, da palavra e de gestos singelos e amorosos. As pessoas cartografadas são sempre um território infinito de possibilidades e descobertas. Por isso, “suas cartografias existenciais muitas vezes guardam mapas desbotados, cartas rasgadas, teias de aranha, um pouco de mofo,

pedaços dobrados, rasuras, descuidos, manchas... Amor, ternura, tolerância, alteridade são senhas de chega para a visita” (CHAVEIRO; VASCONCELOS, 2018, p.28).

Os diversos campos de saberes como a Geografia, a Sociologia, a Psicologia, a Medicina, a Antropologia e demais ciências são importantes, mas não definidores para quem se propõe a fazer cartografias existenciais. Para isso, a sensibilidade, o amor, os gestos, as narrativas literárias e as distintas formas de expressões artísticas também são ingredientes fundamentais. Afinal, “cartografias existenciais não é um novo ramo da ciência, tampouco obra de ficção. É apenas uma forma singela de visita aos museus humanos das marcas do mundo” (CHAVEIRO; VASCONCELOS, 2018, p.29).

Desse modo, cartografar existências de PcD é uma forma sensível e profunda de conhecê-las, descobrir mundos, desenhar sonhos, compor narrativas, somar lutas e construir solidariedades. Ao anunciar suas experiências, esses sujeitos dizem de seu mundo e de suas caminhadas no mundo que os acolhem ou os excluem. Portanto, cartografar a existência dessas pessoas é também uma forma de se contrapor aos dispositivos de opressão, preconceito e desigualdade, estruturais na sociedade de classe, mas, implicados de forma diferenciada e aguda à vida desses sujeitos.

1.2 Deficiência? O mundo silencioso da mulher surda

Pessoas com suas características existenciais singulares são acervos e mapas acumulados que traduzem as coisas do mundo- suas carícias e suas ofensas - as suas marcas. Pessoas são museus humanos das marcas do mundo. Cartografias existenciais são formas de visitá-las. E descobrir coisas. (CHAVEIRO e VASCONCELLOS, 2018, p.28).

De acordo com a afirmação de Chaveiro e Vasconcellos (2018), cada pessoa carrega em sua história de vida os sentimentos, certezas, angústias e alegrias provindas de suas experiências de mundo. Ao se tratar da pessoa com surdez, uma de suas principais características é ter como parceiro de todas as horas o silêncio. Nada de vozes, nada de música, assovios dos pássaros, barulho do vento ou do riacho, a água que sai da torneira, apenas sai... A voz da mãe, gritos dos irmãos ou colegas de brincadeira, jamais são ouvidos. Travada a audição, como aprender a emitir um som? Aprender a se fazer entenderem um mundo de ouvintes sem pronunciar palavras e tentar não ficar impaciente ao não ser compreendido. Muitos e muitos pensamentos deixam de ser ditos, as emoções incompreendidas e infinitas dúvidas sem respostas neste mundo silencioso.

Essa é parte da consistente realidade da mulher surda, em contato com a sociedade ouvinte, vive de fazer deduções e, ainda, dificilmente é compreendida. Trata-se de um difícil e doloroso diálogo, no qual são envolvidos sentimentos de inferioridade e uma cultura de desprezo e preconceito construída pela multiplicidade de imagens e significações sociais erigidas ao longo de séculos.

Assim, a representação conceitual relacionada às Pessoas com Deficiência, ao longo da história, definia a visibilidade e a invisibilidade das pessoas de acordo com o contexto histórico (AMORIM, GERTNER e AMORIM, 2018). Neste sentido,

Dignos de “acolhimento” em período da doutrina cristã; em outro, severamente “condenados” pelo mesmo “Santo Ofício”, pela simples incapacidade de entender a pergunta feita da deficiência, conduzindo o sujeito inicialmente a ser concebido como “sub-humano” e passível de abandono, passa a ser digna de proteção por se tratar de “crianças de Deus”, cedendo terreno à concepção “sobrenaturalista”, por sua suposta ligação às “forças do mal”. (AMORIM, GERTNER e AMORIM, 2018, p.47).

Desta maneira, o mundo silencioso, com todas as características inerentes a ele, somado aos conceitos e pré-conceitos arraigados historicamente na sociedade, contribui para que as mulheres com deficiência auditiva e surdas trabalhadoras sejam vistas como pessoas sem importância e consideradas como trabalhadoras inferiores por suas especificidades, seus limites. Diante disso, pouco se conhece sobre suas “suficiências demais” (CHAVEIRO; VASCONCELLOS, 2018, p.25), pois, na verdade, “não há pessoas com deficiência. Há suficiência de mais ou de menos, Pessoas têm suficiências de mais ou de menos” (CHAVEIRO; VASCONCELLOS, 2018, p.25)².

Todavia, as “suficiências de mais” serão olvidadas enquanto arvorar historicamente as distintas formas de negatização das PCDs, arraigadas em representações pejorativas. Para Amorim, Gertner e Amorim (2018, p.69), os corredores semânticos da deficiência retratam, ao longo dos séculos, a definição das Pessoas com Deficiência, demonstrado no Quadro 1.

² Chaveiro e Vasconcellos (2018, p.25) ainda afirmam que “Suficiências de menos, no amor, ao não viver o amor pleno em todas as horas. Suficiências de mais, ao ver o coração do outro mesmo sem ter olhos. Suficiências de menos, no ensino, ao não ver o aluno como fonte de aprendizado. Suficiências de mais ao acariciar o outro mesmo sem ter mãos. Suficiências de menos, na saúde pública, ao não ver o trabalho como categoria central. Suficiências de mais ao andar mais do que têm pernas, mesmo sem ter pernas. Suficiências de menos ao não ouvir que a ciência deve servir à mudanças [...]”.

Século	Conceito de Deficiência Prevalente	Corredor Semântico	Sentido Social/ Representação Social Predominante
XIV (1325)	Idiota /Chrétien /Crétin	Pejorativo	Homem sem importância
XIV-XVII	Representação demoníaca	Pejorativo	Sobrenatural (Sob influência de forças ocultas/ do mal)
XVII	Tábula Rasa	Pejorativo	Privados da razão
XVII	Meninos - selvagens	Pejorativo	Hábitos animais
XVIII	Cretinismos	Pejorativo	“Perda da perfeição”
XIX	Idiota / Oligofrênica	Pejorativo	Alienados mentais
XIX	Degenerescências /” Circo dos horrores”	Pejorativo	Degenerados /Deficiência como “espetáculo”
XIX	Idiotia como parada do desenvolvimento	Pejorativo Perfectíveis /Atrasados /Educáveis	
XX-XXI	Deficientes / Pessoas com Deficiência /Pessoa em primeiro lugar	Meliorativo	Busca da autonomia e da emancipação social

Fontes: BLIKSTEIN, 1995; PESSOTTI, 1984.

De modo que para se construir uma real inclusão social das Pessoas com Deficiência, é fundamental conhecer as densas trajetórias existenciais dessas pessoas e sua representatividade na sociedade ao longo dos séculos. O quadro acima informa que os conceitos a que se definiam as Pessoas com Deficiência, giravam ao ápice da idiotice até a possessão demoníaca. Portanto, esse quadro apresenta-se como retrato dramático da história de preconceito e representações opressoras contra as Pessoas com Deficiência.

Para Sasaki (1997), a década de 1940 foi sublinhada por uma política preconceituosa que aprofundou a segregação das Pessoas com Deficiência, consideradas, neste contexto, inválidos e inúteis, chegando, em algumas culturas, ao extermínio. Segundo essa política excludente, as PcD eram “sub-humanos” e não podiam conviver em sociedade.

Após séculos de conceituação pejorativa das PcD, conforme demonstrado no Quadro 1, que Elas começaram a serem vistas de forma diferente a partir de meados do século XX. Com efeito, iniciou-se um reconhecimento desses indivíduos como pessoas com dignidade e direitos. Ademais, fortaleceu-se conquistas sociais e institucionais capazes de garantir dignidade à vida desses sujeitos.

A partir de então, o movimento para incluir as Pessoas Com Deficiência no meio social foi ganhando forças. Na década de 1980 surgiu o movimento de inclusão social que permanece até os dias de hoje, reconhecendo que a sociedade deve se garantir direitos dignos para todos

os cidadãos sendo eles deficientes ou não. Todavia, entender a inclusão pressupõe interpretá-la como mudança paradigmática, como demonstra Neto, Marques e Borges (2018, p.118).

Entender a inclusão implica considerá-la enquanto mudança paradigmática, considerando um paradigma como um modelo conceitual e explicativo concebido a partir de uma dada visão e compreensão de mundo (MARCONDES, 1994). Mas qual é a importância de considerar a questão da inclusão nesses termos? Ao considerar esses termos no debate é possível entender sentidos e contrasentidos no agenciamento institucional da temática da deficiência realizado, principalmente, por meio das políticas e ações de instituições públicas.

As mulheres surdas trabalhadoras, infelizmente, ainda enfrentam preconceitos que perduram por séculos. Ainda existem pessoas que desprezam as “suficiências de mais” das mulheres surdas, definindo-as como incapazes sem oferecer o tempo e o respeito necessários para compreensão de seus limites, mas também suas potências de vida. Exemplo disso, é a inserção no mundo do trabalho enquanto “ponte ao mundo” (CHAVEIRO; VASCONCELOS, 2018), do trabalho/emprego como conquista de dignidade em suas já densas trajetórias existenciais. O trabalho como “ponte ao mundo” representa a dignificação da existência de mulheres com deficiência auditiva e surdas, das PcD na construção de suas trajetórias de vida e de suas possibilidades participativas no mundo.

Passando pela infância, adolescência e chegando a idade adulta, esses sujeitos são apresentados ao mundo do trabalho que foi construído numa perspectiva de trabalhadores que são ouvintes. Por consequência, está aqui a razão desta pesquisa, compreender o contexto do trabalho das mulheres deficientes auditivas e surdas esperando colaborar para um mundo justo; um mundo que reconheça suas “insuficiências demais”, e no qual elas possam construir seus itinerários de vida com dignidade.

Constata-se uma grande satisfação neste mundo de silêncio o fato de seus protagonistas se encontrarem com seus pares, surdos e surdas. Com as mesmas angústias, vontade de expressar suas ideias e opiniões. Uma explosão de comunicação silenciosa e dela deriva um grupo específico, mundo separado dos ouvintes convivendo no mesmo espaço físico, porém muitas vezes ignoradas e ignorados por sua diferença, por suas “suficiências de mais” incompreendidas. Assim, de acordo com Santana (2005, p.567) “O que ocorre, na verdade, é que, em contato com outro surdo que também use a língua de sinais surgem novas possibilidades interativas, de compreensão, de diálogo, de aprendizagem, que não são possíveis

apenas por meio da linguagem oral.” Por essa compreensão das narrativas entre surdos e surdas, existe completa satisfação ao se encontrarem para dialogar.

Deficiência? Não, não. As pessoas surdas não concordam com essa definição sobre elas e eles, são apenas surdas e surdos e exigem respeito na diferenciação linguística que utilizam para se comunicar. Surdas e surdos querem formar famílias, ter profissão e serem cidadãos e sujeitos de suas histórias. Por isso, é necessária uma sociedade que não os enxergue dentro da invisibilidade a qual foram historicamente subjugados(as); a uma condição de inferioridade, condicionados a subempregos sem direito a se manifestarem ou se capacitarem para tal.

Para tanto, um passo importante é a disseminação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A LIBRAS é a primeira língua do surdo, de modo que a compreensão das situações sociais e da subjetividade é entendida através da Língua de Sinais. O acesso à LIBRAS é a inserção do surdo à vida social, a escrita e a interpretação. Assistir uma notícia na TV sem som é aproximadamente a sensação que o surdo tem em uma roda de conversa; ou em uma sala de aula onde não existe alguém que possa interpretar os assuntos na Língua de Sinais, apenas tenta deduzir pelas imagens o que é a mensagem original.

Para isso, a consolidação da Comunidade Surda como espaço de sociabilidade, experiências culturais, diálogos e aprendizados, revela-se como fundamental na trajetória desses sujeitos, conforme discutiremos no item a seguir.

1.3 Elementos da cultura da Comunidade Surda

A cultura das pessoas surdas se faz quando elas se apropriam dos símbolos específicos que atendem às necessidades de comunicação e compreensão da vida. Diante disso, criam suas próprias certezas e maneiras de viver sem ter que seguir os padrões estabelecidos pelo grupo majoritário, pois esses padrões não fazem sentido para elas. Daí que as comunidades de surdas e surdos se tornam um espaço de sociabilidade e interação. Nelas se reconhecem entre si.

Para Poche (1989), a cultura é uma ferramenta que proporciona um grupo de pessoas a manifestar sua comunicação com o mundo e com o conhecimento. Assim, a linguagem é um importante elemento social na produção da cultura. Por intermédio dela estabelecem a oportunidade de diálogo, criações e símbolos que caracterizam a cultura. Deste modo, as pessoas surdas desenvolvem suas próprias certezas a partir dos diálogos entre si e das deduções realizadas no precário diálogo com a sociedade de pessoas ouvintes e que não dominam LIBRAS.

Para Paula (2009), a cultura é uma rede de significados, e dentro da qual são construídas normas, valores e organização da estrutura social. Nesta perspectiva, nota-se que alguns valores expressados pela maior parte da comunidade surda, são absolutos e outros relativos, no que tange a sociedade de pessoas ouvintes. O fato de a comunidade surda ter uma diferença linguística a torna detentora de uma cultura própria. A forma de se comunicar com os demais surdos e surdas, suas vivências, espaços, situações sociais desenvolve a produção de uma rede de significados específicos das pessoas surdas.

As mulheres surdas engrossam as fileiras de grupos vulneráveis que se encontram em uma sociedade que tem dificuldade de atender e entender as diferenças linguísticas e culturais desses grupos. Conseqüentemente, as mulheres com deficiência auditiva e surdas trabalhadoras sofrem com inúmeros e diversificados tipos de preconceitos, violência física e psicológica que têm como base a discriminação estrutural às PcD.

A comunidade de pessoas surdas faz parte de uma parcela da sociedade que por se comunicarem utilizando uma diferenciação linguística, absorve de forma diferente as informações da vida em seu cotidiano e acaba por necessitar viver de forma diferente ao que se refere às ideias da parcela maior da sociedade (ouvintes). Isso não significa que não tenham suas convicções e conhecimentos arraigados, ou que sempre estão equivocados diante de uma situação. Todavia, trabalham, vivem em comunidade, estudam, constroem suas famílias e vivem as experiências sociais como todas as outras pessoas, sendo integrantes do contexto socioespacial. Logo, constroem densas trajetórias de vida, ricas cartografias existenciais. Trajetórias essas que defrontam com problemas estruturais como educação, trabalho e mobilidade.

A incompreensão ou desinteresse da sociedade ouvinte em agregar a comunidade surda na dinâmica comunitária, acaba por gerar uma característica muito limitadora às pessoas surdas: a falta de escolaridade. Essa é uma característica evidente na comunidade surda. A maioria das pessoas surdas passa por escolas que não estão preparadas para desenvolver nessas pessoas o prazer de conquistar o conhecimento. Alguns perpassam por anos afins de escolaridade e se tornam analfabetos funcionais; outra parte das pessoas surdas desistem da vida escolar, por entenderem que essa escola não consegue compreendê-las. Fato esse que tolhe as possibilidades participativas desses sujeitos na sociedade.

Outrossim, o baixo poder econômico e a desigualdade de acesso à renda e empregos dignos, demonstra que na sociedade capitalista - que preza a eficiência como ser capaz de produzir, consumir ou ser um empreendedor de sucesso - as PcD são vistas apenas como um

corpo improdutivo não valorizando suas especificidades. Predomina a presença das pessoas surdas da classe trabalhadora em situações de subempregos, empregos terceirizados e baixos salários. Logo, em situações nas quais o trabalho é geralmente braçal e ou prejudicial à saúde da trabalhadora e do trabalhador.

Desta forma, a remuneração salarial recebida ao final do mês é irrisória para o sustento de uma família. Diante dos desafios por ser deficiente, somado à carência de recursos devido aos baixos salários ou à dificuldade de acessar um emprego, a comunidade surda enfrenta a vida com maiores dificuldades do que os ouvintes desfavorecidos economicamente. Além de não ter desenvolvido a escolaridade, convive com a dificuldade de se comunicar socialmente e busca distintas alternativas no contexto laboral como a inserção em empregos informais, terceirizados e precários. Isso demonstra que há uma relação problematizadora entre classe social e deficiência.

Para enfrentar esse conjunto de coisas e situações, faz parte da cultura das pessoas surdas uma série de estratégias sociais que criam um elo de interação para entender, interagir e participar de uma sociedade que não foi criada para elas, mas sim para as pessoas ouvintes. De forma geral, as campanhas das residências são substituídas por uma luz colorida que se ascende dentro de casa quando alguém está no portão. Outra coisa comum é a chamada de vídeo ao telefone, ao invés de escrever ou falar, já que alguns têm dificuldade de escrever, usam a Libras. Adaptações comuns e criativas que são feitas naturalmente para atender as especificidades deste grupo de pessoas.

As pessoas surdas apresentam sim características da cultura da comunidade ouvinte das quais elas convivem, afinal cresceram com familiares ouvintes. Onde quer que estejam na sociedade estarão em contato com o mundo ouvinte. O fato é que mediante sua especificidade linguística a pessoa surda entende e absorve os contextos de forma mais lenta, dependendo de que seja explicado melhor através de imagens, expressões faciais ou conhecimento em LIBRAS e “uma boa dose de boa vontade” para desenvolver o diálogo. São pessoas que defrontam cotidianamente barreiras e desafios que tocam o seu direito de ir e vir, diante das dificuldades de mobilidade; o acesso à educação e ao trabalho que são constituidores de uma vida digna.

Quando não há esta adaptação para acontecer o diálogo entre uma pessoa ouvinte e uma pessoa surda, um sentimento de impaciência e desprezo aflige a pessoa surda, de tal forma que não se sente pertencente a essa sociedade. Por conseguinte, isso pode ocasionar entre as pessoas surdas a ressignificação dos entendimentos de forma equivocada e muitas vezes prejudicial aos surdos(as).

Respeitar a cultura surda é legitimar e reconhecer que as diferenças entre pessoas surdas e pessoas ouvintes existem, devem ser consideradas, mas não como anomalias ou um público que deve ser “colonizado” pela sociedade supostamente hegemônica, sadia, eficiente e produtiva. As pessoas surdas precisam ter cidadania na sociedade em que vivem, trabalham, formam sua família, participam do lazer com equidade. Para tanto, o respeito à comunidade e cultura das pessoas surdas vai além do simples conhecimento da LIBRAS, abrange escolas preparadas, literaturas específicas, políticas públicas efetivas, acesso ao emprego digno, diálogo fluente nas empresas onde trabalham, oportunidades de desenvolvimento cultural e econômico.

A política colonizadora que há séculos implantou nas sociedades conceitos de que há culturas que são melhores em detrimento de outras, contribuiu expressivamente com a problemática do desrespeito às diferenças e a produção da desigualdade social. Já foi mostrado ao longo dos resultados desta pesquisa as duras fases de depreciação das Pessoas com Deficiência nos séculos passados. Porém, como defende Chaveiro (2017, p.15), “a maior deficiência é a omissão diante de representações que expurgam, inferiorizam, silenciam, destroem e corroem a dignidade de vida de qualquer sujeito. Por isso, tomou-se como premissa não fragmentar os estudos da PCD dos demais sujeitos”.

Ainda hoje (2021), as diferenças e desigualdades de classe, gênero e etnia entre povos, grupos, estilos, gostos, gestos e maneiras de falar e entender suas realidades são responsáveis por agudizar as segregações. Para De Paula (2009), existe cada vez mais o interesse econômico globalizado para buscar a padronização ignorando as particularidades culturais.

No mundo globalizado em que vivemos, observa-se a crescente padronização e estandardização dos produtos socioculturais. Há interesses econômicos e políticos que exigem a normatização, homogeneização, estabilização de valores éticos e estéticos e a criação de códigos de comunicação universal. (DE PAULA, 2009, p. 03).

As mulheres surdas trabalhadoras são rotuladas de “incapazes” para exercer funções no contexto laboral. Com efeito, esse rótulo produz na comunidade surda um sentimento de frustração profissional e pessoal. As mulheres surdas trabalhadoras, assim como demais PcD, enfrentam a sociedade globalizada e do desempenho na qual não importa o que as “pessoas” são; o que importa é o valor produtivo que elas podem ou não oferecer. Logo, esse fato irá incluí-las ou não no mundo dos ouvintes.

A comunidade surda desenvolveu sua própria cultura, maneiras de viver e conviver após séculos de segregação, invisibilidade e confinamento. O século XXI chegou com a proposta de

incluir as Pessoas com Deficiência à sociedade. Contudo, trata-se de um desafio que vai além do arcabouço jurídico-legal, lidar com o preconceito construído ao longo de séculos é muito mais que organizar leis; é reeducar culturalmente, a começar de cada família ouvinte e conseqüentemente os espaços públicos. Criar possibilidades organizativas e participativas para lutar contra as formas de segregação na escola, na rua ou no trabalho

Há tímidos passos iniciais do processo de inclusão da Pessoa com Deficiência no ambiente escolar, que por sua vez ainda tem arraigado em sua proposta pedagógica a homogeneização de todos em um só pensamento, em uma só conduta que obedeça os padrões eurocêntricos; ou ainda, fundado em um padrão de ensino situado no que Paulo Freire (2017) chamou de “educação bancária”, oposta à educação libertadora.

No mundo do trabalho, a inclusão das Pessoas com Deficiência obedece ao ritmo de cumprir as políticas públicas de inclusão, apenas oferecendo as vagas de trabalho. Porém, de forma geral, com adequações físicas, mas sem adequações culturais de sociabilidade onde enxergam a deficiência antes da “pessoa”.

Por esses e outros entraves, a comunidade surda ainda procura seu *lugar ao sol* e cada vez mais constrói seus conceitos sociais sobre os ouvintes, nem sempre como irmãos da caminhada terrestre, das caminhadas existenciais. Mas, às vezes, como algozes de uma jornada difícil de aceitação enquanto ser humano, porque sentem que ainda falta o toque do cuidado, como afirma Chaveiro e Vasconcellos(2018).

O mundo esbanja pensamentos já pensados. Sobram letras, faltam atos. Terra, ventos, marés, plantas, o mundo carece de toques... Não toque físico, tão somente, e mais do que o toque epistemológico, muito menos o toque estético, e, sim, o toque estético - o do cuidado. (CHAVEIRO; VASCONCELLOS. 2018, p.29).

Neste “mundo que esbanja pensamentos já pensados”, de acordo com as palavras citadas por Chaveiro e Vasconcellos (2018), a comunidade surda tem seu primeiro contato social com sua família que de forma geral é ouvinte. Esse fator é determinante para a construção subjetiva e social de cada componente dessa comunidade.

As famílias mais instruídas desejam ajudar suas filhas e filhos a desenvolverem habilidades de comunicação e a se reconhecerem como pessoas ativas e responsáveis. Muitas famílias da classe trabalhadora com poucas instruções e nível de escolarização, não acreditam no desenvolvimento dos próprios filhos(as), deixando-os a mercê da sorte e “ensinando-os” a se conformarem com a ideia de que são incapazes, ao passo de mantê-los como “coitadinhos”.

Dessa forma, como na sociedade ouvinte, existem pessoas e pessoas, “pessoas com suficiências de mais” e “pessoas com suficiências de menos” (CHAVEIRO; VASCONCELLOS, 2018). Uns, inseridos em contextos sociais de segregação, políticas públicas educacionais precárias, desemprego estrutural e preconceito, geralmente se limitam ao acesso à aposentadoria pela deficiência, ou recebem outros auxílios dos governos. Conseqüentemente, sem escola, sem universidade e sem emprego não se desenvolvem profissionalmente, engrossam as fileiras das pessoas que vivem na linha da miséria. Outros, por sua vez, querem trabalhar para ganhar espaço no tão sonhado “mundo do trabalho” e são frustrados ao se depararem com a realidade dura da segregação e desigualdade social brasileira; muitos tornam-se mais uma trabalhadora e um trabalhador informais que perambulam nos semáforos das metrópoles brasileiras. Há ainda os que estão engajados nos coletivos de lutas por direitos e encontram nas distintas formas de organização e engajamento, as possibilidades de transformar o trabalho em fonte de dignidade à vida desses sujeitos.

Nesta luta pela sobrevivência, a comunidade surda pode ocorrer de se revoltar com os ouvintes e as situações de preconceitos e desigualdades de direitos em que são expostos. Porém, não se sentem inferiores, entendem que o mundo é contraditório e conflituoso, ao passo que a maioria dos surdos, conforme relatos de entrevistas, não tem desejo de fazer nenhuma intervenção cirúrgica para ouvir, não gostam de aparelhos auditivos. O desejo real da comunidade surda é que sejam reconhecidos como pessoas partícipes da sociedade e capazes de exercer funções no âmbito laboral, desde que sejam observadas suas necessidades específicas, reconhecidas como pessoas ativas na sociedade, inclusive no mundo do trabalho ou no encontro do trabalho como ponte para uma vida plena de dignidade.

CAPÍTULO 2

(DES) ENCONTROS ENTRE TRABALHO E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A concepção contemporânea dos Direitos Humanos, introduzida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, se fundamenta no reconhecimento da dignidade de todas as pessoas e na universalidade e indivisibilidade desses direitos; universalidade, porque a condição de pessoa é requisito único para a titularidade de direitos e indivisibilidade porque os direitos civis e políticos são conjugados aos direitos econômicos, sociais e culturais (MELO, 2012, p.92).

Foi em uma reunião de representantes de todas as nacionalidades do planeta, que unidos estabeleceram o consenso a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Essa Declaração fundamenta a filosofia dos direitos e igualdades a que todo ser humano é merecedor. O fato de ser uma “pessoa” lhe garante o direito de igualdade, liberdade, dignidade e fundamentalmente com um olhar de fraternidade erigido diante de todas as pessoas.

Nesta perspectiva, a reflexão sobre o tratamento direcionado às mulheres surdas trabalhadoras, no sentido da construção de seus mundos através do exercício laboral, é essencial. A dignidade a ser preservada enquanto “pessoa” com suas especificidades tem levantado algumas narrativas que permitem problematizar a postura do mercado de trabalho às Pessoas com Deficiência, especialmente à mulher surda, bem como sua permanência e produtividade.

Dentre as reflexões e narrativas sobre os direitos da Pessoa com Deficiência, existe a narrativa de que um corpo diferente deveria se adequar aos ditos corpos “normais” e que por essa razão a biomedicina seria responsável por promover e aplicar medicação e os mais diversos tratamentos com o propósito de homogeneizar a diversidade daquele corpo em detrimento dos demais. Dessa forma, caracteriza-se a cultura da normalidade, onde os corpos com impedimentos são descritos como inferiores e defeituosos. Chaveiro (2017, p.24), ao defender as cartografias existenciais das PcD, problematiza essa posição ao afirmar que,

Contra essa posição pode-se dizer que não há sujeito totalmente eficiente. Todos possuem deficiência. E a deficiência maior reside em não participar, em não criar, em não colaborar. Assim, ultrapassamos uma visão biomédica da deficiência para constituir uma perspectiva política do sujeito. Como não há como existir sujeito sem luta, sem organização e sem participação, a cartografia existencial, por isso, pode – e deve – ser um instrumento de

enriquecimento das possibilidades participativas de qualquer sujeito. Lê-se a vida na perspectiva política para torná-la inteira. (CHAVEIRO, 2017, p.24).

Como demonstrado por Chaveiro (2017), da concepção biomédica de deficiência emerge distintas críticas. Barton (1998, p.25), neste sentido, também argumenta que “durante mais de quatro décadas, o chamado modelo social da deficiência provocou o debate político e acadêmico internacional sobre a insuficiência do conceito biomédico de deficiência para a promoção da igualdade entre deficientes e não deficientes.”

Um corpo diferente, com variações de funcionamento físicos, intelectuais ou sensoriais, não determina uma inferioridade. A cultura da normalidade é que classifica a diferença dos corpos como inferior, levantando por uma ótica capitalista de produtividade, na qual “eficiência significa produzir, consumir, adaptar-se à sociedade burguesa” (CHAVEIRO, 2017, p.24).

Para Diniz, Barbosa e Santos (2009, p.11) “Essa passagem do corpo com impedimentos como um problema médico para a deficiência como o resultado da opressão é ainda inquietante para a formulação de políticas públicas e sociais”. Com efeito, conforme demonstrado por Diniz, Barbosa e Santos (2007), o que define a deficiência são os ambientes que não são preparados para atender a diversidade humana, um conceito de uma sociedade que não vê a “pessoa” antes de sua variação de funcionamento corporal.

Com o mesmo entendimento, Barnes *et al.* (2002, p.6) afirma que “os impedimentos são significados como desvantagens naturais por ambientes sociais restritivos à participação plena, o que historicamente traduziu os impedimentos corporais como azar ou tragédia pessoal”.

Dessa forma, é mister que o olhar da sociedade, como um todo, requeira o ato de problematizar e suplantar os conceitos estabelecidos por séculos de exclusão, vergonha e definições pejorativas direcionadas às Pessoas com Deficiência. O fato é que essas pessoas não se sentem inferiores, elas são levadas a se sentirem inferiores à medida que são interagidas com conceitos da sociedade que professam uma cultura de normalidade.

O corpo com impedimentos físicos, intelectual ou sensorial, só sofre as intemperes da desigualdade porque as barreiras sociais ignoram as especificidades desse corpo. Havendo ambientes e sociedade que inclua as diferenças, as desigualdades não existirão, pois, toda variação de corpos terá acesso à participação efetiva na sociedade.

Para Diniz, Barbosa e Santos (2009, p.79), “a garantia da igualdade entre pessoas com e sem impedimentos corporais não deve se resumir à oferta de bens e serviços biomédicos: assim como a questão racial, geracional ou de gênero, a deficiência é essencialmente uma questão de direitos humanos”.

Assim, não se trata de simplesmente garantir o básico de ambientes acessíveis, mas de reconhecimento de que antes da deficiência existe um ser humano que deve ter seus direitos respeitados como tal. A interação desses sujeitos na sociedade não como anomalia, ou desfavorecidos da natureza, mas como alguém que tem uma funcionalidade variada de seu corpo, que possui potências de vidas, histórias de vidas densas de experiências.

A saber, para Diniz, Barbosa e Santos (2009, p.5),

A deficiência não se resume aos impedimentos, pois é o resultado negativo da inserção de um corpo com impedimentos em ambientes sociais pouco sensíveis à diversidade corporal das pessoas. O corpo é a esfera da habitabilidade, mas não há caráter primordial em sua existência, ignorando-se qualquer tentativa de resumi-lo a um destino.

Destaca-se que já existem realidades sociais nas quais há um grau de acessibilidade que permite uma maior interação às pessoas com impedimentos. Assim, afirma Diniz, Barbosa e Santos (2009, p.23) “nem todo corpo com impedimentos vivencia a discriminação, a opressão ou a desigualdade pela deficiência, pois há uma relação de dependência entre o corpo com impedimentos e o grau de acessibilidade de uma sociedade”.

Dessa forma, reafirma-se que a narrativa insistente na ação de padronizar os corpos dos seres humanos, desaprovando o corpo com especificidades diferentes da maioria é um equívoco, pois ser diferente não é ser inferior. As sociedades que já estão avançadas na acessibilidade e na compreensão da diversidade humana, facilitam a vida das mulheres surdas trabalhadoras, pois sentem-se partícipe de um espaço sem discriminação.

Sendo assim, neste capítulo há uma análise e reflexão sobre os limites e as possibilidades da inserção de PcD, neste caso das mulheres com deficiência auditiva e surdas trabalhadoras, no mundo do trabalho.

2.1 A inserção de trabalhadoras surdas no mundo do trabalho

O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém nos extraviamos. A cobiça envenenou a alma dos homens... levantou no mundo as muralhas do ódio... e tem-nos feito marchar a passo de ganso para a miséria e os morticínios. Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado em penúria. Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas virtudes, a vida será

de violência e tudo será perdido. (CHARLIE CHAPLIN, 1940, parte do discurso final do filme “O Grande Ditador”).

O discurso de Charles Chaplin, ao ressaltar a necessidade de sentimentos de felicidade, de liberdade, de beleza e de doçura, diz também do que falta para tornar o mundo digno e justo, belo e solidário. Na época da velocidade, do desempenho e das máquinas, contraditoriamente, emergiu a dilaceração da solidariedade e do trabalho com exploração. A produtividade como principal foco das empresas, exige corpos produtivos que resultem na maior acumulação de bens possível. Dessa forma, cada vez mais, reina a cultura do individualismo e da competição, na qual as promessas do capitalismo, da cultura globalizada e do consumo acelerado têm falado mais alto que a *afeição e a doçura*, conforme sublinhou Chaplin.

O trabalho é um especial caminho de inserção no mundo, uma ponte na qual mulheres e homens enxergam a possibilidade da autorrealização. O fato de contribuir para a construção de uma subjetividade solidária, exercer suas potências criativas e habilidades traz ao ser humano uma sensação de conquista e realização. Ainda, a relevância do trabalho se dá ao passo que permite desenvolver a convivência em grupo, o sentimento de ser útil, suprir a vida material e contribuir com a conquista da dignidade pelas trabalhadoras e trabalhadores.

As transformações no mundo do trabalho revelam distintas dimensões, faces e estratégias de acumulação no capitalismo mundializado. As novas tecnologias que permitem o desenvolvimento do chamado “capitalismo de plataforma” (SRNICEK, 2017), a informalidade, a precarização, o desemprego estrutural, o desmonte e a fragilização de direitos trabalhistas, as novas configurações da divisão social do trabalho e suas conexões com classe, gênero, etnia, identidade e juventude expõem a complexidade do mundo do trabalho contemporâneo.

Somado às mudanças estruturais, que tocam as tecnologias, as técnicas, as legislações trabalhistas e as escalas de produção e consumo de mercadorias, o capital avança no campo da subjetividade das trabalhadoras e dos trabalhadores. Para Dardot e Laval (2016, p.331) a “subjetivação neoliberal” produz um sujeito “especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo”. Por isso, lançado na competição, no individualismo, na “corrosão do caráter” (SENNETT, 2012) e na deterioração da solidariedade.

A produtividade e o lucro são focos centrais das empresas. Diante dessa realidade exigem-se trabalhadoras e trabalhadores com perfil definido: disciplinados, eficientes, produtivos e flexíveis. Requerem-se corpos que produzam mercadorias, que sejam competitivos e uniformizados para a geração de lucros. Corpos preparados para a competição e desempenho,

treinados como se fossem esportistas. Com efeito, frente a esses dispositivos, “a empresa se identifica com os campeões [...] os esportistas são encarnações perfeitas do empreendedor de si, que não hesitam um instante sequer em se vender a quem pagar mais, sem muitas considerações a respeito da lealdade e da felicidade” (DARDOT e LAVAL, 2018, p.354).

As formas de exploração e opressão agem no corpo e na subjetividade das pessoas. Diante disso, de substância dignificadora da vida, contraditoriamente o trabalho pode ser também produtor de alienação, adoecimentos e deficiências. O sujeito que trabalha em situações e ambientes de degradação da saúde está exposto à ignomínia da indignidade. Nestas condições o trabalho é “compelido a relações de subordinação, fragmentação e exploração. O corpo que trabalha torna-se doente, ameaçado de acidentes, amputação e morte” (GONÇALVES e SANTANA, 2018, p. 85).

Dessa forma, lutar contra os dispositivos de aviltamento de trabalhadoras e trabalhadores é lutar por um mundo em cujo dia brilhem a justiça, a alegria e a amizade. Um mundo no qual as mulheres e homens se lançam na vida reconhecendo no trabalho a fonte dadivosa da existência digna. Para Chaveiro e Vasconcellos (2018, p.27) o trabalho é como “uma ponte ao mundo” no processo de dignificação da existência das PcD.

A vida de um sujeito, de um grupo social, de uma classe, de uma etnia tornada cartografia gera uma abertura do termo e da sua compreensão. Quando se levantou a hipótese de que o trabalho é uma ponte ao mundo, pensou-se que as PcD têm no trabalho uma fonte para sair da opressão que os dispositivos sociais lhes impõem para que sejam pessoas com suficiências de menos. A claustrofobia direcionada por uma representação preconceituosa legitimada pela concepção biomédica da deficiência impede com todas as letras que as pessoas, quaisquer que sejam, desenvolvam suas capacidades de serem pessoas com suficiências de mais. E o trabalho, processo emancipatório para a vida ou processo regulatório para a morte, tem a oportunidade de se redimir do segundo processo para se legitimar no primeiro processo de trazer o riso de volta estampado em cada face oprimida por sua ausência (CHAVEIRO; VASCONCELLOS, 2018, p.27).

Assim, o exercício laboral é um caminho fecundo e no qual as mulheres surdas trabalhadoras enxergam a possibilidade de realização e dignificação da vida. O fato de contribuir para um bem coletivo, apresentando uma sensação de conquista no processo da construção do mundo, faz com que a mulher surda trabalhadora desenvolva a convivência em grupo, o sentimento de ser útil, suprir as substâncias material e imaterial da vida. Resulta disso uma experiência humana dignificadora da existência.

Da mesma forma que para as pessoas ouvintes a atividade laboral ocupa uma posição central na vida da trabalhadora ou do trabalhador e na dignificação da existência, para as mulheres surdas trabalhadoras isso intensifica todos os significados. Afinal, essa mulher surda trabalhadora quer se enxergar como “sujeito de sua própria história”; almeja realizar-se enquanto trabalhadora.

As conexões para que a mulher surda ingresse ao mundo do trabalho formal são muitas vezes falhas e ineficientes, não atentando para um direito estabelecido na Constituição Federal de 1988, conforme demonstrado por Souza e Kamimura (2009, p.7):

O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios de soberania, de cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e indica, em seu artigo 3º, os objetivos voltados para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A redução das desigualdades citada na Constituição Federal (1988) não é vivenciada por todas as mulheres surdas trabalhadoras, pois a realidade é que hoje (2021), cada vez mais, o que importa para a sociedade capitalista é a exigência de uma trabalhadora ou trabalhador com perfil bastante definido: eficaz, disciplinado, eficiente, produtivo e resiliente (flexível). Ou seja, um corpo que produz, que aceite ser tratado como “coisa” sempre em benefício do lucro, ignorando distintas habilidades, sonhos, desejos e sentimentos que os compõem como seres humanos.

De maneira contraditória às trajetórias de vida que requerem dignidade, direitos e justiça, as regras empregatícias cada vez mais exploram o trabalhador(a) com o objetivo fixo no aumento de lucros para as empresas. Nesta perspectiva, a maioria das mulheres surdas trabalhadoras, de acordo com resultados da pesquisa em Goiânia, enfrentam como consequência adoecimentos e acidentes de trabalho, somados às barreiras de comunicação e preconceitos no interior e fora dos ambientes de trabalho.

Assim, todas as formas legais que possam oferecer acesso para que todas as pessoas sejam incluídas na sociedade, incluindo no mundo do trabalho, e possam utilizar recursos, equipamentos e processos disponíveis no meio social, insere-se no que Aranha (2002) denomina de Paradigma dos Suportes, referenciado “no conhecimento sobre os ganhos em

desenvolvimento pessoal e social provenientes da convivência na diversidade, e sócio politicamente, no princípio da igualdade” (ARANHA, 2000, p.4).

Para tanto, é necessário que seja repensada a relação da sociedade e Pessoas com Deficiência. Para que haja uma verdadeira inclusão das Pessoas com Deficiência ou não, de grupos minoritários, é fundamental que ocorra por parte da sociedade suportes físicos, psicológicos, culturais e sociais de forma que possam oportunizar o desenvolvimento desses indivíduos como cidadãos de direitos e deveres. Permitir, assim, que seus itinerários de vida sejam densos de possibilidades plenas de conquistas no trabalho, amizades, estudos, mobilidade e respeito.

De acordo com afirmações da comunidade surda, suportes físicos são notoriamente a parte mais simples de adequação para a inclusão das mulheres com deficiência auditiva e surdas trabalhadoras no contexto laboral. A surdez por ser uma diferença linguística, para que haja o diálogo entre empresas e trabalhadoras, basta utilizar linguagens visuais com imagens, avisos em língua de sinais, placas com comunicação visual, ao invés de sirenes audíveis. Luzes de alerta coloridas, por exemplo, podem evitar muitos acidentes de trabalho e facilitar muito o processo de comunicação entre empresas e mulheres surdas. E em reuniões específicas a presença de intérprete de LIBRAS é essencial. Na empresa, a implantação de uma política real de inclusão entre todos os funcionários, reconhecendo a presença de alguém diferente como uma oportunidade de novos aprendizados democratiza e dignifica o espaço para todos os envolvidos.

O trabalho pode ser princípio de realização digna da existência ou fonte de exploração e opressão. Estar no ambiente de trabalho todos os dias, por volta de quarenta horas semanais pode ter o impacto de pertencimento, conquista de amizades, crescimento intelectual e íntimo. Receber o salário ao final de cada mês com “sabor” de satisfação de dever cumprido e sentimento de ser necessário(a) naquele ambiente, ser importante... Pode ser o trabalho como “ponte ao mundo”. Por outro lado, essas quarenta horas semanais podem ser transformadas em o tempo da opressão, do esgarçamento da saúde, do esgotamento de outros tempos úteis para o lazer, o cuidado e a convivência familiar.

O trabalho pode ser gerador de opressão. Para o filósofo Byung-Chul Han (2015), o século XXI é um século marcado pela “violência neural”, período no qual as doenças neuronais como depressão, transtornos de déficit de atenção com Síndrome de Hiperatividade (TDAH), Transtorno de Personalidade Limítrofe (TPL), ou Síndrome de Burnout (SB) constituem a “paisagem patológica” do início deste século.

Não são infecções, são “enfartos existenciais” causados pela atual e exagerada política de produtivismo e aceleração, mas que provoca profundas frustrações e infelicidades no âmago do ser humano que sabe que tem suas diferenças físicas e psicológicas. O fracasso na sociedade do desempenho torna-se motivo de adoecimento, torna-se motivo de devastação da “atenção profunda” do ser humano (CHUL HAN, 2015).

Hoje (2021), a força do produtivismo ou do desempenho exagerados traz também um importante aspecto de exclusão, quando é veiculada a sensação de que a sociedade não reconhece os diferentes como partícipe de um todo. Para a Pessoa com Deficiência, está provocando uma inclusão social fictícia, ao passo que verdadeiramente continuam sendo segregados e frustrados sem perspectivas de alcance do respeito no contexto laboral. “Quem vive do igual, também perece pelo igual” (BAUDRILLARD, 1992, p. 75).

Essa inclusão social ilusória acaba por minar a luta pelos direitos das trabalhadoras surdas, ao passo que, mesmo parcialmente, estão incluídas no mundo do trabalho de forma precária. A mulher surda trabalhadora não precisa de igualdade nos parâmetros da sociedade capitalista, precisa de equidade que proporcione seu desenvolvimento laboral, intelectual e social de acordo com seus limites e características. O excesso de positividade e exagero de igualdade não alcança a realidade das mulheres surdas trabalhadoras.

Na sociedade capitalista contemporânea, não interessa para a PcD ser integrada aos padrões e parâmetros da sociedade do desempenho. Sociedade essa na qual, como afirma Chul Han (2015, p.16), “o sujeito de desempenho encontra-se em guerra consigo mesmo. O depressivo é o inválido dessa guerra internalizada. A depressão é o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade. Reflete aquela humanidade que está em guerra consigo mesma”. Por isso, a inclusão das PcD no mundo do trabalho não significa uma inserção ao modelo da sociedade do desempenho descrita por Chul Han (2015).

Essa falsa inclusão laboral, causa uma exclusão com profunda consequência neuronal. Ou seja, as trabalhadoras podem desenvolver um sentimento de frustração por não conseguir produzir como os demais, um “fardo psicológico” que vai sendo carregado em nome da conquista de uma mísera remuneração salarial que subsidiará seu sustento e/ou seu desejo de consumo implantado pela sociedade capitalista na qual o ter é mais importante que o ser. Para Chaveiro e Vasconcellos (2018, p.36), “O trabalho que mutila, que adocece, que mata, é assassino da humanidade, não por ser trabalho, mas por ser reflexo de um poder político-econômico-ideológico de mortificação da vida”.

Deste modo, a mulher surda trabalhadora sofre constrangimento ao iniciar o trabalho em um local em que a comunicação é profundamente difícil. Adoece ao ter que decifrar por todo o tempo o que diz “*a boca que se mexe sem som algum em sua frente*”, conforme relatado por uma entrevistada. Por vezes, sente-se desumanizada ao se ver observada por olhares depreciativos que julgam, decretam que aquela mulher surda trabalhadora está ali apenas por cumprimento da lei e que ela nada pode oferecer em troca. Percebe-se o tratamento social inferioriza por ser diferente e ter suas limitações. Essa situação complexa obriga a mulher surda trabalhadora conviver com a sensação de não pertencimento ao grupo laboral, de não aceitação à comunidade em que trabalha. Consequentemente, desenvolve frustrações, adoecimentos, rotatividade em várias empresas e desistência do emprego.

Como afirma Neto (2018), as PcD querem apenas ter autonomia para viver, sem serem subjugados por suas diferenças.

Os mecanismos de sujeição social vão desde as dificuldades das PCD de embarcar no transporte coletivo e de circular por espaços públicos sem rampas ou equipamentos de acessibilidade, até o usual olhar de “coitadinho”. PCD não são “coitadinhos” e muito menos desejam ser infantilizados. Querem ter uma vida com autonomia, desejam passear, trabalhar, praticar esportes, constituir família, ter vida sexual ativa e prazerosa, querem ter filhos e, também, se realizarem no mundo do consumo, afinal, isso não é desejo /direito de todos? Vendo por este ângulo PCD são tão “normais” quanto qualquer outra pessoa. (NETO, 2018, p.118).

Assim, ser mulher e surda trabalhadora não significa ser coitadinha ou incapaz, apenas esbarra em uma importante conceituação construída há séculos. Historicamente as PcD eram tidas como incapazes de adquirir conhecimentos acadêmicos e se desenvolverem intelectualmente. Esse fato está impregnado na história das lutas das PcD, como no caso das dificuldades de ingresso e permanência das mulheres surdas trabalhadoras no mercado de trabalho. O enfrentamento dessas questões exigiu quebra de paradigmas conforme demonstrado por Corrêa (2020, p.26)

Todo o processo de exclusão enfrentado pelas Pessoas com Deficiência, ao longo de vários séculos, culminou em uma quebra de paradigma entre os anos de 1970 e 1980, quando a participação dos movimentos sociais foi determinante para que a ideia assistencialista e biomédica fosse criticada e o modelo social fosse discutido em vários países. Os movimentos sociais quebraram um paradigma de séculos a partir do momento que as PCDs propuseram uma outra forma se perceber, dizendo que, na realidade, quem as

excluí é a sociedade e não os seus corpos. O paradigma da exclusão foi quebrado e o da conquista social foi iniciado.

Deste modo, por força das lutas pelos direitos e inclusão social das PcD e dos grupos minoritários, oportunidades de emprego para adultos passaram a ser conquistadas; ou as portas das escolas públicas e privadas foram abertas às crianças e jovens com deficiência. A partir de então, teoricamente, seria construída uma inclusão social efetiva e integral por intermédio da educação. Porém, as portas de empregos ou das unidades de ensino foram abertas, mas as portas do preconceito ainda fechavam a oportunidade de estudos, empregos e vidas plenas das Pessoas com Deficiência. No caso de experiências escolares de PcD, esses sujeitos lidam com professores que em sua maioria não foram preparados para esta inclusão; conteúdos didáticos não foram flexibilizados para atender as diferenças; ocorre de estudantes ditos “normais” e seus pais acharem ser prejudicados pelo fato de que na mesma escola estarem juntas as pessoas diferentes.

Sendo assim, a inclusão não pode ser, conforme enfatiza Borges (2011, p.7), uma “inclusão marginal ou perversa”.

Não queremos que a Pessoa com Deficiência ocupe apenas o mesmo espaço geográfico de todos os alunos, ambiente onde, não são, necessariamente, rejeitados fisicamente. Porém, ali permanecem sem serem reconhecidos e valorizados. Neste terreno se insere a inclusão marginal. Terreno instável e precário, pouco visível, por isso uma Inclusão Perversa (BORGES, 2011, p.7).

Para muitas mulheres surdas trabalhadoras, a inclusão marginal é expressão das formas de segregação, preconceitos e precarização no trabalho enfrentados por elas. Todo esse processo produziu surdas que desistiram de estudar, ainda sentindo que junto às pessoas ouvintes não era seu lugar. Por outro lado, as surdas que permaneciam recebiam sua aprovação ao final do ano letivo, porém ainda prevalecia a grande dificuldade de leitura e interpretação. Assim, tornaram-se adultas trabalhadoras semianalfabetas.

De fato, essa é uma grande barreira no mundo do trabalho e é apenas consequência de uma sequência de erros e injustiças que cindem a existência das PcD. Quando não se atenta para o grau de compreensão que a audição pode trazer; e a diferença no entendimento que a falta dela pode ocasionar. De acordo com Tuan (2012, p.25)

Os olhos obtêm informações muito mais precisas e detalhadas sobre o meio ambiente do que os ouvidos, mas geralmente somos mais sensibilizados pelo

que ouvimos do que pelo que vemos. O som da chuva batendo contra as folhas, o estrondo do trovão, o assobio do vento no capim e o choro angustiado excitam-nos com intensidade raramente alcançada pela viagem visual.

A análise de Tuan (2012) demonstra a importância dos sons e sua relação com nossas sensibilidades, se comparado ao que vemos. Desta forma, pode-se apreender que o processo de inclusão no contexto laboral para atender as especificidades das mulheres surdas trabalhadoras, abrange bem mais do que uma vaga de trabalhadora entre o quadro de funcionários. Interagir, dialogar, trabalhar com uma pessoa surda exige a compreensão da limitação interpretativa de quem está apenas com os sentidos da visão e do tato.

No instante em que compreender qual é sua função, o trabalho será exercido com dedicação. Entender o funcionamento de uma máquina sem atentar para as mudanças dos barulhos em seu funcionamento, ou compreender explicações de um supervisor sem conhecimento em LIBRAS, que fala, mas sem nenhum significado além das expressões faciais é um verdadeiro desafio. Na maioria das vezes o raciocínio da mulher trabalhadora surda é processado de acordo com a compreensão que é assimilada através da comunicação. Até que chegue a essa compreensão, é um processo conturbado carregado de dúvidas assemelhando-se a assistir um noticiário na TV, com o som desligado.

Por força de leis, os espaços públicos foram sendo abertos para a participação e inclusão dessas pessoas no convívio social como sujeitos de direito. Porém, as partes estruturais estão sendo vagarosamente reorganizadas para dar direito de acesso a todas as pessoas. Mas, as reformas físicas estruturais e os discursos de inclusão pautados apenas na teoria, vêm dia após dia prejudicando a mulher surda trabalhadora em sua vida profissional, social e intelectual.

Grande parte das mulheres surdas trabalhadoras são arrimo de família. Trabalham porque precisam prover o sustento. Mais que o sustento, é no cotidiano laboral que existe a chance de desenvolver sua subjetividade enquanto pessoa. Ela trabalha, se desloca em transporte coletivo, se organiza para chegar pontualmente nos horários, se organiza para deixar suas crianças na escola, estabelece critérios para não perder a vaga de emprego. Nessa perspectiva, com todas as dificuldades e precariedades, se torna uma trabalhadora satisfeita em suprir sua necessidade e dos seus familiares.

Mas, esse processo é interrompido por muitas vezes, quando o peso da indiferença ou do preconceito a faz sentir-se incapaz ao ser comparada com trabalhadoras ouvintes. Essa realidade que parece corriqueira e normal aos ouvintes é complexo sem a audição. São necessárias várias construções subjetivas para que a mulher surda trabalhadora chegue a essa

independência pessoal organizacional e essas construções são feitas de forma distinta dos ouvintes. De acordo com Tuan, (2012), a surdez traz a sensação de que o tempo não progride. “Com a surdez, a vida parece congelada e o tempo não progride. O próprio espaço se contrai, porque nossa experiência de espaço é aumentada grandemente pelo sentido auditivo, que fornece informações do mundo além do visual.” (TUAN, 2012, p.26).

De maneira tal que as subjetividades construídas no contexto laboral solidificam modos de pensar através das experiências adquiridas, formando modos de agir, pensar, sentir e trabalhar. Dejours (1993) afirma que a atividade profissional não é só um modo de ganhar a vida, mas também uma inserção social em que os aspectos psíquicos e físicos estão fortemente implicados. Ao *status* social, ao exercício de tal atividade, associam-se uma roupa específica, um vocabulário particular e um lugar.

É fato que a contratação de Pessoas com Deficiência nas empresas e grandes organizações, gera um incontestável efeito de inclusão social. Essa inserção de trabalhadoras e trabalhadores que fazem parte dos grupos de diversidades de origem, de cultura e habilidades específicas nas empresas, cria um ambiente parecido com o da sociedade em geral, que é composta por uma grande diversidade de pessoas. A presença de PcD nas empresas também proporciona um impacto na imagem da empresa entre clientes e funcionários, por estar colaborando com que as deficiências sejam tiradas do foco e ressaltadas as habilidades do sujeito acima da deficiência, exercendo sua “responsabilidade social”.

A questão empregatícia às PcD fortaleceu-se no Brasil com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que define em até 20% o percentual de vagas em concursos públicos; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que determina uma cota de vagas para a PcD, variando de 2% a 5% nas empresas privadas com mais de 100 funcionários. Com os devidos treinamentos as Pessoas com Deficiência podem desenvolver competências e habilidades por meio do trabalho.

Para Tanaka e Manzini (2005), a falha no processo de formação e qualificação profissional é o fator que dificulta a inserção de PcD no mercado de trabalho, aliada à falta de condições estruturais e funcionais das empresas para recebê-las. A força da lei que obriga as empresas a contratarem Pessoas com Deficiência propiciou um cenário marcado pela coexistência de realidades diferentes, pois o acesso ao trabalho formal, antes reservado apenas ao trabalhador física e mentalmente dito “normal”, também é direito da PcD.

Em grande maioria, as empresas estão reduzidas a uma forma e compreensão meritocrática das relações contratuais. Logo, o principal é que a candidata à vaga de emprego

atenda às determinações já instituídas pela empresa. Um universo onde o importante é “encaixar” no estereótipo já estabelecido. Essa situação segrega, afasta, julga e impossibilita várias possibilidades de inclusão social das Pessoas com Deficiência.

Para Santos (2018, p.99), o problema que surgiu após a “Lei de Cotas”, inicialmente a dificuldade encontrada pelas empresas para cumprir dispositivos legais; depois a dificuldade para o preenchimento das vagas, uma vez que eram lançados editais, contudo sem candidatos capacitados, pois eram exigidos cursos de graduação e pós-graduação com 36 meses de experiência na função. Assim os órgãos reguladores não tinham como obrigar a contratação.

Devido a essa realidade, surgiu a necessidade de promover o aprimoramento profissional das PcD, que por meio de Organizações Não Governamentais (ONGs), além do apoio do Poder Público, puderam oferecer significativa qualificação aos trabalhadores e trabalhadoras com deficiência. Também se entendeu a necessidade de viabilizar novas leis que atendessem a realidade brasileira laboral, dentre elas a Lei nº 10.098, de 19/12/2000, de Acessibilidade.

À vista disso, as lutas de PcD por espaços, relações dignas e de respeito no trabalho são reveladoras de resistências e engajamentos por garantia de direitos. Pois, tratando-se de mulher e surda, o preconceito acentua-se. As lutas das mulheres por direitos no cenário trabalhista não são recentes. E em seus corpos estão as marcas históricas de maus tratos, preconceitos e constante assédio moral e sexual. Então, essa condição estrutural e histórica complexifica a realidade e as lutas das mulheres surdas trabalhadoras.

Nos últimos anos, na cidade de Goiânia, entidades e programas de inclusão social como o Fórum Goiano de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Deficiência e dos Reabilitados pelo Instituto Nacional de Seguro Social-INSS (FIMTPODER), Associação de Mulheres Surdas e Deficientes Auditivas, Associação de Surdos, Associação Pestalozzi de Goiânia (PROLABOR), visam preparar Pessoas com Deficiência para ingressarem no mundo do trabalho. As empresas, depois da lei que define a contratação de PcD (Lei Nº 8.213, de 24 de Julho de 1991), passaram a capacitar e intermediar contratações desses sujeitos para se tornarem parte do quadro de funcionários. Porém, constata-se que a mulher surda trabalhadora ainda é excluída desse processo. Há exemplos em que se prefere contratar alguém com “pequenas deficiências físicas” do que uma surda. A contratação de uma mulher surda trabalhadora necessita de conhecimentos em LIBRAS para que a mesma possa ser orientada sobre sua função na empresa.

A adaptação da empresa é algo essencial para o sucesso e permanência da mulher surda no ambiente de trabalho. A ausência disso revela contínua rotação dessas mulheres por diferentes empregos. Na maioria das vezes, ao chegar à empresa se depara com uma pessoa que é seu supervisor, e com a qual tenta estabelecer alguma comunicação. Todavia, não ter fluência em LIBRAS compromete o diálogo e pode causar uma série de enganos e desarranjos em relação à conduta da surda trabalhadora em serviço.

Na cidade de Goiânia e nas cidades da Região Metropolitana, como Trindade, Goianira e Aparecida de Goiânia, existem redes de grandes supermercados e indústrias de processamento de alimentos resfriados que recebem mulheres surdas trabalhadoras. São empresas que funcionam em até três turnos. Assim, os turnos em que há vagas ociosas geralmente são aqueles em que os ouvintes desprezam, os trabalhadores de sexo masculino desprezam. Logo, identificou-se que as trabalhadoras surdas assumem turnos que terminam em horários noturnos ou iniciam de madrugada. Fato que intensifica a situação de precariedade da inserção dessas trabalhadoras no mundo do trabalho. Em outros casos, a mulher surda trabalhadora escolhe o turno noturno para trabalhar, pois precisa ficar durante o dia cuidando de seus filhos(as) e no final da tarde os deixam dormindo e vai iniciar sua jornada laboral.

A mulher surda trabalhadora, geralmente com pouca instrução, ao procurar trabalho em instituições e associações que se propõem a fazer o vínculo de contato e mediação com grandes empresas, depara-se com oportunidades e vagas para atividades mecânicas e isoladas. Entre as quais, na maioria das vezes e por motivos variados, são rejeitadas pelas pessoas ouvintes. Sem muitas opções, as mulheres surdas trabalhadoras, entre elas mães solo, aceitam e partem para organizar a documentação para admissão na empresa.

Assim, ao utilizar a metodologia de observação direta e ao acompanhar a organização da documentação para ingresso ao trabalho de duas mulheres surdas trabalhadoras, foi possível notar o primeiro obstáculo para a inserção no mundo do trabalho. As empresas responsáveis por fazer o exame admissional das mulheres surdas trabalhadoras, geralmente não estão preparadas para atender as PcD e não têm especialistas com conhecimentos em LIBRAS. Assim, ao se depararem com a dificuldade de comunicação, ocasionalmente recepcionistas ficam nervosas e ou tendenciosas a sorrirem da situação, o que constrange as surdas, sentindo-se mais uma vez excluídas desse mundo ouvinte. O pensamento que impera entre as surdas que fizeram parte da amostra desta pesquisa é: *“os ouvintes não gostam de surdas, mas eu não estou errada, eles é que não sabem falar comigo”*, nas palavras de uma entrevistada.

É curioso como a desinformação e a atitude impensada motivada por um preconceito estabelecido há tempos, gera a marginalização das mulheres surdas. Situações como essas contribuem para a própria desistência da inserção ao mundo do trabalho formal. Atitudes de rejeição ao diferente que ignora *a pessoa* e suas “suficiências de mais” e só observa a *deficiência*. "As atitudes de rejeição (estigmas e posturas preconceituosas transmitidas culturalmente) criam barreiras sociais e físicas dificultando o processo de integração" (MATTOS, 2002, p.03).

Dessa forma, o ingresso da mulher surda trabalhadora ao seu “passaporte” de autonomia financeira e sua afirmação como ser social, é permeada de dificuldades que segregam e desestabilizam o objetivo de vida das trabalhadoras.

Ao verificarmos uma mulher surda trabalhadora que permanece no trabalho deve-se visualizar bem mais que uma simples funcionária, mas, alguém que para estar ali ultrapassa muitos obstáculos que são inimagináveis por grande parte a sociedade insuflada em padrões já estabelecidos socialmente. Para Perlin (1998) esse contexto dificulta a permanência da trabalhadora surda na empresa. O estereótipo sobre o surdo não acolhe o ser surdo, pois o imobiliza a uma representação contraditória, a uma representação que não conduz a uma política da identidade. O estereótipo faz com que as pessoas se oponham, às vezes disfarçadamente, e evite a construção da identidade surda, cuja representação é o estereótipo da sua composição distorcida e inadequada. (PERLIN, 1998).

As mulheres surdas trabalhadoras se desdobram para permanecerem empregadas nas empresas e assim conquistarem sua posição de “sujeito de sua própria história” e, assim, constroem autonomia e densas trajetórias existenciais. Todavia, diante de tantos obstáculos existem aquelas que ao sair da empresa buscam o direito do salário seguro desemprego, conforme regulamenta a Lei n.º 13.134, de 16 de junho de 2015:

O Seguro-Desemprego Formal foi instituído pela Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, alterado pela Lei n.º 8.900, de 30 de junho de 1994 e posteriormente pela Lei n.º 13.134, de 16 de junho de 2015, com a finalidade de prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado sem justa causa, e auxiliá-lo na manutenção e na busca de emprego, provendo para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

Desta forma, a trabalhadora fica resguardada financeiramente por alguns meses de acordo com o tempo que permaneceu empregada. Com a dificuldade em conseguir outra colocação de emprego formal, muitas trabalhadoras surdas se veem a engrossar as fileiras dos

sujeitos que trabalham na informalidade. Desde vender objetos, doces e água nos semáforos, até se submeterem a subempregos sem nenhuma garantia dos direitos de seguridade social. Conforme afirma Antunes (2002, p.138, 139), “hoje, segundo dados da OIT, quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivencia as agruras do não-trabalho, do desemprego estrutural”.

Por meio de entrevista, o professor José Guitônio Guedes Dantas, que trabalha com PcD há vinte anos, relata que neste período permeou por vários espaços entre trabalho esportivo com PcD e na Associação Pestalozzi - Unidade Pós-labor, que tem a função de preparar jovens e adultos com deficiência para o mercado de trabalho. Atuou como diretor dessa unidade entre os anos de 2010 à 2019. Atualmente (2020) é professor nesta unidade Pós-labor e também Técnico de Auto Rendimento do Comitê Paraolímpico Brasileiro, onde desde de 2004 atua como treinador de Esportes da Modalidade de Voleibol Sentado e de 2013 pra cá (2020) seleção feminina adulta de voleibol sentado, afirma ter convivido com o processo de preparação profissional de diversidades de deficiências.

Professor Guedes, como gosta de ser chamado, ressalta que ao percorrer por países como Japão, e alguns na Europa, conheceu um pouco da dinâmica PcD, e entendeu que a maior dificuldade que exclui a PcD do mundo do trabalho é uma questão cultural.

Pessoas em idade produtiva entre 25 e 60 anos de idade no Brasil não têm contato com as PcD, temos gerações que hoje tem 40 anos de idade não conviveram com PcD, pois essas eram excluídas da sociedade.

No Japão, não existe leis de cotas, mas existe uma cultura de oportunizar a PcD a trabalhar. As empresas não pagam multas se não contratarem as PcD, naturalmente elas se envolvem com esse processo.

Em uma das fábricas visitadas, havia um sinal luminoso em caso de terremoto e incêndio, além do sinal sonoro sinais visuais, todas as janelas de vidro, que usam bastante para aproveitar a luminosidade solar e diminuir o consumo de energia elétrica, todas essas janelas são protegidas por uma tela, que em caso de terremoto se aquele vidro se quebrar ele não cairá no chão, ficará preso na tela para que se as pessoas que usam cadeiras de roda, no momento da rota de fuga, não correrem o risco de furar o pneu da cadeira de rodas e ele não conseguir sair do prédio.

Outra situação que chamou a atenção é que no Japão existem empresas que empregam praticamente 100% dos funcionários são PcD, em sua maioria com deficiência intelectual. Essas empresas são na área de agroindústria que oferecem moradia e refeições. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Segundo o professor Guedes, essas iniciativas seriam vistas como segregação no Brasil. Contudo, no Japão são entendidas como uma das formas de oportunizar o trabalho às PcD. Ademais, o mesmo entrevistado complementa seu relato situando a experiência que observou na Finlândia.

A experiência obtida na Finlândia, o processo educacional sendo mais avançado e a educação levada muito a sério pelo poder público, as PcD ao chegar a idade produtiva trabalham de uma forma natural, sem a diferenciação que acontece no Brasil. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Conforme as observações do entrevistado, além da questão cultural como obstáculo à inserção das PcD ao mercado do trabalho brasileiro, destacam-se o fato de que a sociedade ainda não entendeu sua responsabilidade para com esses cidadãos e cidadãs com deficiência. Acrescenta-se, assim, outros obstáculos para o ingresso da PcD ao mercado de trabalho a insuficiência em comunicação e mobilidade urbana. Segundo o Professor Guedes, isso dificulta muito a inclusão dessas pessoas ao mundo do trabalho. Essa situação fortalece na sociedade o conceito de invisibilidade e a concepção equivocada de que há uma “incapacidade desses sujeitos” para o mundo do trabalho.

Ao perguntar o Professor Guedes quais seriam as principais ações para melhorar a inserção das PcD no mundo do trabalho, ele disse o seguinte:

***Criar possibilidade de comunicação** efetiva para surdos e cegos, em todos os ambientes que estivessem ocupando.*

***A criação de uma mobilidade urbana as PcD**, principalmente nos grandes centros urbanos, pois é impossível pensar em empregabilidade sem antes pensar na mobilidade urbana.*

***Criar estratégias, ações de empoderar as PcD** em sua capacidade de interagir com o meio, de sua capacidade de mudar o meio ao qual está inserida. Nossa sociedade ainda tem dificuldade de falar no empoderamento das PcD, ainda há uma lacuna nesta perspectiva onde as PcD não são protagonistas, sempre estão a reboque de um outro sujeito. Essa situação não é positiva nem para as PcD nem para o mundo do trabalho. Do ponto de vista empresarial um colaborador da empresa que não é protagonista de sua própria vida, como pode ser protagonista pra modificar pra melhor o ambiente de trabalho? Existem PcD que são protagonistas, mas a grande maioria dessas pessoas não são tão protagonistas dependendo de sua limitação.*

***A qualidade educacional** merece uma maior atenção, pois quanto maior o nível de escolaridade das pessoas, mais facilidade terá para ingressar no mundo do trabalho. Deste modo, o melhor caminho seria uma escola que atendesse as limitações orgânicas das quais será necessário a utilização de ferramentas específicas e estratégias para que estes estudantes tenham acesso*

de fato a todos os conhecimentos. Uma sala de aula com menor número de estudantes a capacidade do professor enquanto mediador de conhecimento possa ter maior interação entre professor e estudante para que possa ser explorado de forma mais eficaz as habilidades das PcD. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

A respeito do trabalho informal para PcD, o Professor Guedes ressaltou:

O mundo do trabalho não se resume ao trabalho formal CLT, existe a possibilidade do setor público através de concurso, a possibilidade das PcD serem empreendedoras ou terem uma função na informalidade, como pequenos comércios ou prestação de serviço. O que não pode ser aceito em hipótese nenhuma é a exploração excessiva de mão de obra em subempregos que geram baixos recursos mensais de sobrevivência para essas pessoas. É o caso de pessoas que recebem um auxílio do poder público BPC-Benefício de Prestação Continuada e não ingressam no trabalho formal. Geralmente esses trabalhadores assumem bicos de informalidade resultando em uma relação muito precária com o mundo do trabalho. É importante que as PcD saiam desse estado de informalidade, que possa contribuir com INSS, para que saiam da vulnerabilidade de exploração trabalhista, sexual e outras das quais torna o mundo do trabalho um sacrifício. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Para concluir a entrevista, foi solicitado ao Professor Guedes acrescentar alguma observação complementar, que não estava nas questões pontuadas. Neste caso, questões relacionadas às lutas das PcD por direitos, a aproximação das distintas esferas de organização das PcD, a importância das pautas das PcD fazerem parte de políticas públicas em esferas municipal, estadual e federal.

Em um aspecto geral estávamos em um processo muito bom de inclusão plena da PcD, mas que nesses últimos anos, conquistas históricas elas estão se perdendo. Quando se fala de conquistas históricas de minorias, são anos e anos de lutas e construção da garantia de direitos que do dia pra noite se perdem e que vamos levar anos e anos para retomar esta construção.

Ainda falta algo muito comum em outros países, a união dos seguimentos das PcD em torno de algo que seja útil. Os seguimentos têm encampado grandes lutas, grande batalha tem conquistado coisas importantes, mas de forma isoladas, o seguimento politicamente ainda não amadureceu de se aglutinar coletivamente para conquistas coletivas. Pois quando falamos em políticas públicas não há uma conquista particular, a política pública é para todos, a luta deve ser construída por todos, caso contrário essa política pública não será construída.

Assim a conquista das PcD tem sido pequena, poderíamos estar em uma situação melhor hoje. O CONADE-Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência que é um de discussão de deliberação importante no âmbito da esfera Federal que está no ostracismo, hoje o que o CONADE fala não tem validade, não se consegue mais dialogar com este órgão, as secretarias estaduais nacionais já não discutem tanto, existem locais que já não há a secretaria estadual da PcD.

A política da PcD ela é Inter setorial, transversal a todas as secretarias de Estado, pois Secretaria de Transporte está ligada às PcD, Secretaria de Educação abrange às PcD, todas as questões da comunidade devem ser tratadas e defendidas a inserção de políticas públicas que garantam o direito às PcD. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Professor Guedes conclui sua fala sugerindo e comentando acerca do documentário *Crip Camp: a disability revolution*, dirigido por Nicole Newnham, lançado em março de 2020. Numa perspectiva de aproximação entre a arte, neste caso o cinema, e as reflexões sistematizadas nesta dissertação, o documentário destacado demonstra-se como uma importante fonte de interpretação sobre Pessoas com Deficiência. Nas próprias palavras do entrevistado,

Sugiro que todos assistam o documentário Crip Camp, trata-se de um documentário apadrinhado e produzido pelo ex-presidente dos EUA, Barack Obama e sua esposa Michele Obama. O pano de fundo do documentário fala sobre a luta por um mundo mais justo para PcD. Trata-se de um acampamento de verão inovador, coordenado por um grupo de pessoas hippies em que oferece a um grupo de jovens com variadas deficiências, a experiência inclusiva. O documentário tem arquivos cenográficos feitos pelos próprios jovens com deficiência e transparece o quanto estes sentiram -se livres como se estivessem em um mundo ideal onde todos podiam desfrutar de direitos iguais. A experiência inclusiva foi tão forte que esses jovens se sentiram inspirados por sentimentos positivos e motivados a levar essa experiência para a sociedade em que viviam, partiram por organizarem movimentos, protestos e manifestações para que fossem legalizados os direitos de acessibilidade, trabalho e transporte das PcD. É uma excelente sugestão para aprofundar a sensibilidade inclusiva. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Diante dos relatos expostos pelo Professor Guedes, que avultam o desejo de um mundo com direitos iguais, encontram-se as mulheres surdas trabalhadoras que além de enfrentarem as dificuldades históricas por ser mulher, enfrentam o preconceito estrutural referente a sua surdez. Ademais, há o processo de globalização da sociedade do desempenho, que coloniza, exige padronização e qualificação profissional no universo do trabalho. Isso torna cada vez mais

desafiante a conquista de um emprego que proporcione a mulher surda trabalhadora se afirmar como um ser social. "No Brasil, essa formação tem frequentemente ocorrido por intermédio de programas desenvolvidos por oficinas pedagógicas ou protegidas de instituições de ensino especial" (TANAKA; MANZINI, 2005, p. 275).

Com efeito, narrar e interpretar os mapas das densas trajetórias espaciais e existenciais de trabalhadoras surdas na cidade de Goiânia propiciou uma forma de aproximação de seus mundos, dramas, alegrias e sonhos. Dizer das cartografias existenciais de mulheres surdas trabalhadoras tornou-se fonte de conhecimento de seus itinerários de vidas, o que incluiu suas experiências no mundo do trabalho.

2.2 Mapas e trajetórias espaciais de trabalhadoras surdas na cidade de Goiânia

Se a deficiência do corpo começa na linguagem, que nomeia e o discrimina, e se expande para todas as dimensões da vida, também é pela linguagem que se deve encontrar as formas, os jeitos e as palavras para que a deficiência deixe de ser um estranhamento e um ponto de estrangulamento na relação entre as pessoas. (LIMA; MENDES, 2018, p.158).

Conforme afirmam Lima e Mendes (2018), para que a deficiência deixe de ser um estranhamento e um ponto de esfacelamento na relação entre pessoas, existem pessoas que focam suas vidas em melhorar a linguagem e a comunicação com as PcD, entre mulheres surdas trabalhadoras e empresas. Mais do que o estrangulamento na relação entre pessoas, a falta de comunicação ou a ineficiência desta comunicação, causa estrangulamentos na subjetividade das PcD, provoca reações das mais diversas, desde revolta ao isolamento da vida social.

Ao compreender os diálogos e ao sentir que foi compreendida, a trabalhadora surda se motiva a desenvolver suas habilidades profissionais e intelectuais. No mundo do trabalho essa comunicação é fundamental. Ela contribui com o processo diário de aprendizado e sociabilidade das mulheres surdas trabalhadoras.

Para compreender um pouco melhor essa situação, vamos refletir acerca dos apontamentos realizados por Vera Balbino Rodrigues Machado, presidente da Associação de Mulheres Surdas de Goiás - AMDAS-GO, anteriormente atuante apenas no encaminhamento de surdos para o mercado de trabalho. A AMDAS-GO foi fundada em 2006, e Vera é presidenta desde então, com experiência de 14 anos como Presidenta da AMDAS-GO. Porém, atua na

defesa dos direitos dos surdos, principalmente no campo dos direitos trabalhistas desses sujeitos.

Vera tem surdez severa. Em entrevista, ela conta que nasceu na cidade do Rio de Janeiro e na época era obrigada a aprender ler os lábios, pois os pais rígidos, não permitiam que falasse a língua de sinais. Dessa forma, afirma que sofreu muito por ter que desenvolver uma habilidade tão estranha ao seu mundo de convivência e possibilidades de comunicação. Hoje (2020) Vera verbaliza as palavras com dificuldade, mas consegue ser entendida. Talvez por seu histórico, ao chegar em Goiás, se interessou em ajudar a comunidade surda a se comunicar e buscar seus direitos garantidos.

A Associação de Mulheres Surdas de Goiás atende em média 320 mulheres surdas adultas trabalhadoras no Estado de Goiás. Porém, a maior parte delas se concentra na cidade de Goiânia e cidades da região metropolitana. Entre as mulheres surdas trabalhadoras existe o consenso de que Vera é uma surda amiga. Logo, recorrem à ela e à AMDAS-GO para serem encaminhadas ao mercado de trabalho, para serem “capacitadas” em algumas funções que facilitarão seus acessos ao mercado de trabalho e por muitas vezes como conselheira das mulheres surdas.

Dessa forma, a comunicação entre AMDAS-GO e empresas é uma constante. É emocionante ver as oficinas de “capacitação” sendo executadas no ambiente da associação; mulheres almejando ser inseridas na sociedade e querendo ser independentes e assumindo sua própria vida, sujeitos no processo de inserção no mundo do trabalho. Algumas se entendendo como nunca, porque eram tidas como “coitadinhas”. Contudo, no processo de preparação para o mercado de trabalho, se entendem como capazes de oferecer sua contribuição à sociedade. O trabalho emerge como “ponte ao mundo”.

É possível, então, entender que a função da AMDAS-GO se baseia nesse sentido, pois com afincado ao interesse de encaminhar mulheres surdas ao mercado de trabalho. Vera contribui com essa modificação de cada uma dessas mulheres surdas que enriquecem suas trajetórias de vida ao passarem pela AMDAS-GO.

Quando perguntada quais os três principais entraves que dificultam a inserção e permanência das mulheres surdas no emprego, Vera ressaltou:

A comunicação, pois a falta de acessibilidade auditiva, como intérpretes, funcionários que não saibam lidar com surdos, legendas em lugares que fazem uso de telas digitais, são fatores que causam desentendimentos,

frustrações e muitas vezes o abandono ou dispensa do emprego entre as mulheres surdas.

O preconceito. *Conhecido como “capacitismo”, julgando que as PcD em geral são incapazes de atuar em funções que exijam especialização, até mesmo nas mais básicas, fazendo com que o surdo não seja contratado por esse julgamento raso. Não possibilitando conhecer as habilidades a serem desenvolvidas pelas surdas no ambiente laboral.*

A adaptação. *Como se fosse o extremo oposto do capacitismo, é quando a deficiência é totalmente ignorada e são colocadas funções que não condizem com a realidade do deficiente, como por exemplo, fornecer vagas em que todas as funções exigem uso de telefonia (receptionista, secretário, callcenter, etc.). Não levando em consideração a limitação biológica da audição, elevando os requisitos para preenchimento das vagas ao ponto de ser impossível uma mulher surda exercer a função especificada. (Relato de entrevista, Goiânia/GO, 2020).*

Para Vera, a questão de gênero influencia as dificuldades de acesso e permanência do trabalho para mulheres surdas. Sendo assim, a entrevistada disse o seguinte

Em relação a mulher surda, onde reúne as dificuldades da pessoa com deficiência com os obstáculos de gênero, acaba que as limitações dobram por sempre sobrar mais vagas a nível operacional, onde exige mais uso de força física, sendo mais fácil alocar os homens surdos do que mulheres nestas vagas. Outro obstáculo é o fato de colegas de trabalho enxergarem a mulher surda como um “ser coitado”, que não tem capacidade e nem voz para competir no mercado de trabalho. (Relato de entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Ao ser indagada sobre que medida tomaria inicialmente se fosse outorgado a ela organizar a contratação de mulheres surdas no mercado de trabalho, Vera sem pestanejar disse:

Faria ser obrigatório o aprendizado e uso de libras nas empresas para cargos de supervisão, assim garantindo que quando um surdo fosse contratado, haveria uma supervisão que soubesse se comunicar com ele de forma direta (sem uso de intérprete) e tendo mais autonomia para o trabalho. (Relato de entrevista, Goiânia/GO, 2020).

O diálogo com Vera demonstrou o quão importante é o fortalecimento da comunicação em Libras no interior das empresas. Ademais, elementos como o trabalho informal e as mulheres surdas compuseram a centralidade da entrevista.

É um tema bastante controverso, pois é o que salva a comunidade surda de ficar sem renda quando a pessoa é rejeitada pelo mercado de trabalho formal. Muitas vezes sendo autônomo, usando suas próprias habilidades, montando um negócio informal, ou até mesmo fazendo pequenos serviços. Exemplos: Venda alimentos (salgados, doces, etc.), Pintura, Venda de objetos nos semáforos, dentre outros. (Relato de entrevista, Goiânia/GO, 2020).

A dimensão de alcance do exercício do trabalho para a humanidade é profundamente determinante da experiência subjetiva e coletiva da Pessoa com Deficiência. Assim, tratando-se da mulher surda trabalhadora, essa condição do exercício do trabalho é fator emancipatório em vários sentidos. No sentido de serem “mulheres”, de serem “surdas”, de em sua maioria serem afrodescendentes e de classe social historicamente explorada.

De acordo com o Art. 1º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, as PcD são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Nem sempre o ingresso da PcD no mundo do trabalho é fácil, bem como sua permanência neste. Desta forma, em meio a inclusão e exclusão do mercado de trabalho, PcD inseridas na classe trabalhadora geralmente vivem na linha de pobreza por toda esta instabilidade profissional. Para atender esta situação de vulnerabilidade social, muitas PcD se utilizam do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Trata-se de um benefício da assistência social no Brasil, prestado pelo INSS e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em seu artigo 20. Mensalmente é pago por meio deste benefício um salário mínimo a idosos a partir de 65 anos de idade e a PcD de qualquer idade que comprovem renda *per capita* familiar de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por pessoa.

Ao passo que a renda familiar das PcD não é suficiente para suprir suas necessidades básicas. Logo, na medida em que esses sujeitos não conseguem ser inseridos no mercado de trabalho, o benefício é então um alívio para a PcD. Para Eles, saber que ao final de cada mês terão essa pequena renda para sua sobrevivência, configura assim o lado “salvador” deste benefício.

O benefício é exclusivamente para pessoas com renda baixa que estão sem condições de se sustentar por intermédio de um trabalho. Portanto, se a PcD estiver recebendo o benefício e conseguir ser contratada em um emprego com a carteira profissional assinada, em dois meses

o benefício é cortado. Dessa forma, para continuar a receber o salário mínimo, que é insuficiente para manter uma vida digna, as PcD são motivadas a buscar outras fontes de renda informal que não resulte no corte do benefício. Através de suas habilidades pessoais e profissionais, as PcD passam a exercer comércios informais como venda de alimentos, revistas e outros nos semáforos das grandes cidades; ou mesmo serviços domésticos informais que rendem outra soma de valores que aumentam a renda financeira. Sendo assim, mantêm o benefício e desenvolvem habilidades na informalidade e uns são bem-sucedidos e outros são explorados pelo mercado de trabalho precário.

Quando a PcD tem pouca escolaridade e instrução, isso dificulta seu ingresso ao mercado do trabalho. À vista disso, as vagas que conseguem para trabalho não superam o valor do BPC. Pois, além de receberem um salário mínimo no emprego, com gastos alimentícios e de transporte, unidos às dificuldades de permanência no emprego, risco de saúde e outros, torna-se mais cômodo ficar em suas casas recebendo o benefício. Essa forma transparece uma acomodação com a situação de ter o benefício, porém é resultado das inúmeras sensações, estruturas de preconceito, segregação, educação precária e dificuldades de mobilidade, que fazem parte da vida da PcD. Com efeito, nem sempre é fácil caminhar avante.

Nesta perspectiva, a senhora Edna Mesquita, Diretora de Diversidade da A Casa do Profissional de RH no Estado de Goiás (ABRH/GO), Gerente de RH Flavios Calçados, e Coordenadora do Fórum Goiano de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Deficiência e dos Reabilitados pelo INSS (FIMTPODER), esclareceu, em entrevista, alguns pontos importantes quanto ao acesso das PcD ao mercado de trabalho, mediante o acompanhamento diário desse processo.

Em relação aos entraves à inserção e permanência das PcD no mercado de trabalho, Edna Mesquita ressaltou elementos fundamentais no que toca ao preparo das empresas para receberem PcD em seu quadro de funcionários; a fragilidade ou até a inexistência de Recursos Humanos (RH) e a questão da divulgação de vagas para as PcD. Conforme o relato da entrevistada

As empresas não estão preparadas para receber as PcD mais complexas, quando é feita a divulgação de vagas, as empresas querem que as vagas sejam divulgadas de forma que as PcD se enquadrem naquele perfil imposto. Identificamos que muitas empresas querem que as pessoas cheguem prontas para o ambiente de trabalho, elas não querem qualificar; qualificar, nem ver as competências que as PcD pra fazer a contratação.

***Recursos Humanos (RH) inativo**, se não há um RH ativo, que seja persuasivo, que desenvolva a capacitação das pessoas, os gerentes e*

encarregados não querem contratar PcD, por julgarem que tem limitações demais e isso pode prejudicar na produtividade e pelo contrário, as pessoas com deficiência, por exemplo as pessoas com deficiência auditivas elas são extremamente focadas, extremamente dinâmicas, porque tem um alto nível de concentração. São excelentes na linha financeira, são excelentes para mexer com a equipe fiscal. O que vemos é que as empresas não dão essa oportunidade, porque não conhecem, não se aprofundam e não dão essas oportunidades a esses profissionais.

Um ponto importante que deve ser realizado é que todas as empresas devem reunir seus líderes, fazer uma integração importante com os líderes, apresentar as competências dos profissionais com deficiência e deixar que eles tenham mais experiências com essas pessoas. As vezes quando se tem uma cota pra colocar na empresa, o gestor não se permite conhecer um pouco mais, então acredito eu tem que fazer sensibilizações mais fortes partindo da própria empresa para que os líderes estejam abertos pra isso.

Divulgação de vagas, quando divulgam vagas, fazem uma vaga específica para PcD, ou seja, é uma vaga operacional que o salário é baixo. Então, não tem que deixar uma vaga para PcD. Deve ser deixada todas as divulgações de vagas tenham inseridos selos de todas as deficiências e através dessa vaga se a PcD se sentir capaz de participar daquele processo, seja para gerente, seja para encarregado, coordenador ou operacional ele vai se identificar e vai se candidatar a aquela vaga. Não fazer uma divulgação de vaga para PcD em que o salário é R\$1.083 ou não vai passar de R\$1.500 reais, então eu vejo essa limitação que vem das áreas. (Relato de entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Com ênfase aos desafios específicos que tangem a inserção das mulheres surdas trabalhadoras no mundo do trabalho, a entrevistada Edna Mesquita chamou atenção quanto ao preparo de mulheres surdas em comparação a homens surdos; assim como a importância da formação em Libras seja pelas pessoas surdas ou não surdas dentro de uma empresa.

Em relação às mulheres surdas, o espaço para elas dentro da organização está bem melhor do que para os surdos em relação a inserção ao mercado de trabalho. As mulheres surdas sabem Libras muito melhor que os homens surdos. As mulheres se comunicam muito bem, os profissionais precisam fazer o curso de Libras para interagir, mas essas mulheres se fazem entender de forma muito amistosa com as libras e com os sinais, então eu vejo que as oportunidades são até maiores para as mulheres surdas do que para os homens surdos. Acredito que desenvolver nas empresas cursos de libras, facilitaria porque as vezes o gerente tem o medo de tentar falar em libras, por não conhecer é preciso deixar o campo aberto para que eles possam aprender também, porque a língua de sinais não é difícil, apenas precisa ser praticada. (Relato de entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Perguntamos: se fosse outorgado o poder a Senhora Edna Mesquita de organizar questões de acesso das PcD ao mercado de trabalho quais seriam suas principais decisões? Sua resposta foi elucidativa dos desafios implicados nesta questão.

Primeiro ponto que eu colocaria como exigência é que a cada seis meses deveriam comprovar capacitação nas empresas sobre potencialidades das PcD. Fazer também reuniões de integração das PcD aos demais integrantes das empresas, como se fosse Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), para inclusão das PcD nas empresas.

As empresas devem estar preparadas para receber as PcD, com acessibilidades específicas à todas as modalidades de deficiência. Banheiros, corredores largos para cadeirantes, preparadas com elevadores e sinalizações específicas. Então as empresas precisam se adaptar a isso, hoje nós temos muitas PcD, só os que são readaptados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), uma estimativa de mais de 40.000 PcD. Temos uma oportunidade de empregabilidade dessas pessoas, mas por “fechar as portas” por algumas exigências para adequação e adaptação para acesso a vaga de emprego, muitas PcD ficam desempregadas. (Relato de entrevista, Goiânia/GO, 2020).

A entrevista com Edna Mesquita demonstrou o quanto a relação PcD e inserção no mundo do trabalho constitui-se como questão complexa. Isso se evidenciou no momento em que a entrevistada sublinhou a relação entre o acesso ao Benefício de Proteção Continuada (BPC) e a opção das PcD a não ingressarem em oportunidades de empregos com baixos salários, ambientes insalubres, dificuldade de mobilidade e comunicação.

Existe um ponto importante que é o BPC-Benefício de Proteção Continuada, muitas PcD recebem esse benefício. Eles têm direito a este benefício e muitas vezes fazemos uma campanha para contratar PcD e não contrata tantos, se o salário não for bom porque o BPC já é direito. Então as vezes quando a empresa paga mal ela não contrata o profissional porque ele já tem o BPC, pois pra ele pegar o trabalho ele tem que cancelar o BPC serem empregados por CLT (Consolidação da Leis Trabalhistas). Então isso acaba afetando diretamente o poder de contratação. Porque se um profissional ganha um salário mínimo e vai trabalhar para receber um pouco mais que esse salário mínimo, mas terá todo um custo, encargos, por fim ele vai achar melhor não entrar para o mercado de trabalho se o salário não for no mínimo significativo de no mínimo R\$1.500 reais, esse é o diferencial.

Então tem um reflexo muito grande do BPC, porque o trabalho informal das PcD por ele ter o benefício de proteção continuada ela opta por fazer trabalhos informais onde não tem necessidade de carteira assinada, mas as PcD conseguem fazer trabalhos específicos durante o mês, algumas palestras enfim, ou interpretações por que assim eles conseguem manter o BPC. Então

tem várias atividades de forma informal que as PcD preferem trabalhar porque tem esse auxílio do governo que é muito importante para elas e pra não perder ou ter que suspender eles optam pelo serviço informal.

Mas eu acredito que para as PcD o importante é se capacitar, se desenvolver. Vejo que cada vez mais está se ampliando o número de PcD nas universidades, antes víamos poucas PcD, agora as universidades estão abrindo portas para as PcD e isso faz com que essas pessoas consigam melhores colocações com melhores salários pois estão com melhor capacitação. (Relato de entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Solicitamos que Edna Mesquita falasse sobre algo que não lhe foi perguntado durante a entrevista e que considerasse importante para a pesquisa. Então, com as seguintes palavras ela concluiu seu relato:

Particularmente acredito que eu falei grande parte do que é importante, mas a minha palavra é se permitir. Tanto o empreendedor, os coordenadores e encarregados se permitir ter PcD em seu departamento na sua área de trabalho, pra conhecer um pouco mais do trabalho, pra ver a importância dessas pessoas dentro do mercado de trabalho e as PcD também se permitirem se capacitar, estudar e correr atrás de seus objetivos e alcançar oportunidades maiores em cargos mais estratégicos, porque eles tem muitas competências. As PcD principalmente as auditivas tem muitas oportunidades e eu vejo que existe uma limitação dupla, as vezes do lado da empresa, as vezes do lado da PcD. Tenho certeza se cada um fizer sua parte teremos um mundo muito melhor, muito mais inclusivo, onde as pessoas consigam exercer suas atividades com muito êxito e com salários compatíveis com a função que atuam. (Relato de entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Se as palavras finais de Edna Mesquita, por um lado, demonstram os limites e os desafios implicados tanto nas empresas quanto na formação das PcD para o mundo do trabalho; por outro, a presente análise sublinhou que os limites e desafios da inserção de PcD no mundo do trabalho implica conflitos de classe, preconceitos e formas de segregação históricas, baixos salários e dificuldades de mobilidade e comunicação nos ambientes e trabalho e fora dele.

PcD enfrentam distinta formas de sujeição social. De acordo a análise de Neto, Marques e Borges (2018, p.18)

Os mecanismos de sujeição social vão desde as dificuldades das PcD de embarcar no transporte coletivo e de circular por espaços públicos sem rampas ou equipamentos de acessibilidade, até o usual olhar de “coitadinho”. PcD não são “coitadinhos” e muito menos desejam ser infantilizados. Querem ter uma vida com autonomia, desejam passear, trabalhar, praticar esportes, constituir família, ter uma vida sexual ativa e prazerosa, querem ter filhos e, também, se

realizarem no mundo do consumo, afinal, isso não é desejo/direito de todos? Vendo por esse ângulo PcD são tão “normais” quanto qualquer outra pessoa.

Por conseguinte, a trabalho como fonte de dignidade, de realização de uma existência digna é um modo de enfrentamento aos mecanismos de sujeição que insistem na sociedade. O trabalho é um referencial ontológico das práxis do sujeito. Como afirmam Gonçalves e Santana (2018, p.83): “no processo de auto realização da humanidade, de desenvolvimento do ser consciente em relação com a natureza, o trabalho é o referencial ontológico das práxis social.” Compreender que o processo de desconstrução do conceito arraigado de incapacidade das PcD é uma tarefa árdua. Geralmente a mulher surda trabalhadora se encontra em posição de resistência a tantos “pensamentos já pensados”; de preconceitos e formas de segregação que teimam em resistir na sociedade brasileira. Cada vez que uma mulher surda assume um posto laboral, ela assume um posto de resistência às contradições de um sistema que homogeneiza a todos e todas em uma qualificação padronizada que atende a produtividade em massa, como se fossem máquinas.

Por consequência, com o apoio das entrevistas analisadas neste capítulo é possível sistematizar as principais informações debatidas no seguinte quadro (Quadro 2).

Assunto	Percepção das pessoas responsáveis, através de associações e demais entidades em defesa das PcD, pelo encaminhamento das mulheres surdas ao mercado de trabalho
Preparação da mulher surda para o mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • A qualidade educacional no Ensino Básico • Teste vocacional • Capacitação na área profissional de interesse
Real inclusão da mulher surda no mundo do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer habilidades na diversidade de pessoas • Comunicação eficaz • Empresas adaptarem às acessibilidades necessárias • Socialização entre todos funcionários periodicamente
Para permanência das mulheres surdas na empresa	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer vagas compatíveis à deficiência, porém com melhores salários; • Criar estratégias, ações para empoderar a mulher surda; • Capacitação periódica para as mulheres surdas, para que se aperfeiçoem e cresçam na empresa

Quadro 2. Percepções das entrevistadas: desafios da inserção das mulheres surdas trabalhadoras no mundo do trabalho.

Org.: a própria autora (2021).

Por isso, conhecer e interpretar as cartografias existenciais de mulheres surdas trabalhadoras foi também uma forma de se aproximar de suas trajetórias de vidas, incluindo as

experiências no mundo do trabalho. Daí, vasculhamos suas percepções e olhares para demonstrar que o trabalho para essas mulheres se constitui como “ponte ao mundo”, fonte de existência digna ou, contraditoriamente, de exploração e opressão.

CAPÍTULO 3

A PERCEPÇÃO DE MULHERES SURDAS TRABALHADORAS: O TRABALHO COMO FONTE DE DIGNIDADE, O TRABALHO COMO FONTE DE OPRESSÃO

O mundo esbanja pensamentos já pensados. Sobram letras, faltam atos. Terra, ventos, marés, plantas, o mundo carece de toques... não o toque físico, tão somente, e mais do que o toque epistemológico, muito menos o toque estético, e, sim, o toque ético – o do cuidado -. Uma representação cartográfica existencial é uma representação cartográfica do cuidado. (CHAVEIRO e VASCONCELLOS, 2018, p.29).

Pensar sobre as cartografias existenciais da mulher surda trabalhadora vai além da ótica científica. É abrir os olhos para uma linha tênue, porém importante, relacionada à humanidade dessas pessoas, seus pensamentos, certezas e sentimentos, intrínseca ao trabalho como fonte de vida, de um caminhar alegre e digno no território de sua existência. Uma representação cartográfica do cuidado, na qual, no caso desta pesquisa, o exercício laboral de mulheres surdas trabalhadoras foi observado não apenas de forma técnica, mas de maneira humanizada. Uma “mulher” com todas as implicações enfrentadas pelo gênero, “surda” com todas as limitações desse *déficit* em uma sociedade com uma inclusão deficitária e “trabalhadora”, se compreende em um mundo de difícil inclusão e com ênfase no poder aquisitivo e nas desigualdades de classes.

Há séculos, as implicações enfrentadas pelas mulheres são reveladores de realidades opressivas. Na transição do sistema econômico do feudalismo para o capitalismo, exigiu-se uma reorganização da reprodução do trabalho e, de modo específico, do trabalho doméstico e da vida familiar.

Desta forma, a produção de mercadorias e a acumulação de capital perpassam distintas estratégias de exploração da natureza e da saúde de trabalhadoras e trabalhadores. Diante disso, com a evolução do capitalismo a divisão sexual do trabalho impõe-se como ação também estratégica de exploração. Na nova divisão sexual do trabalho a mulher passou a ser responsável por procriar futuros operários e ser disponível para assessorar com seu trabalho doméstico tudo que o então estabelecido “patriarca” da família desejasse, pois este era assalariado. Configurou-se, então, a inclusão da mulher numa divisão de trabalho que agudizou sua subordinação e exploração. Além da mulher não ser remunerada por seu trabalho doméstico, tinha de se

subordinar à “liderança masculina”. Contudo, a acumulação capitalista depende da exploração do corpo da mulher (FEDERICI, 2004).

Para Federici (2004, p. 114), o desenvolvimento capitalista exigiu um imenso salto na riqueza apropriada pela classe dominante europeia e no número de trabalhadoras e trabalhadores colocados sob o seu comando. Em outras palavras, a acumulação primitiva (MARX [1867], 2013), consistiu numa imensa acumulação de força do trabalho – “trabalho morto”, na forma de bens roubados, e “trabalho vivo”, na forma de seres humanos postos à disposição da exploração – colocada em prática numa escala nunca antes igualada na história. Todavia, a noção de acumulação primitiva, que tem origem em *O capital* [1867], de Karl Marx, diferencia-se nas análises de Federici (2004, p.26)

Minha análise se afasta da de Marx por duas vias distintas. Enquanto Marx examina a acumulação primitiva do ponto de vista do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, eu a examino do ponto de vista das mudanças que introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho. Daí que a minha descrição da acumulação primitiva inclui uma série de fenômenos que estão ausentes em Marx e que, no entanto, são extremamente importantes para a acumulação capitalista. Entre esses fenômenos estão: i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. E, o que é mais importante, coloquei no centro da análise da acumulação primitiva a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII: sustento aqui que a perseguição às bruxas, tanto na Europa quanto no Novo Mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras.

Conforme demonstrado por Federici (2004), o avanço da acumulação capitalista foi intensificado diante de estratégias que, a despeito de ausentes nas análises de Marx, são consideradas fundamentais. A divisão sexual do trabalho, a nova ordem patriarcal e a transformação do corpo feminino em uma “máquina de produção de novos trabalhadores” são elementos centrais na análise de Federici (2004). Ademais, o fato é que para a implantação do capitalismo era necessária uma enorme força de trabalho, para isso o maior número possível de trabalhadores recrutados com artifícios violentos para viabilizar o enriquecimento da classe dominante.

Durante essas mudanças, as mulheres que tentavam argumentar sobre a injustiça vivida por elas, eram recriminadas de várias formas. Conforme expõe Federici (2004, p.14) “Um mundo de sujeitos femininos que o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher *obeah* que envenenou a comida do senhor e incitava os escravos a se rebelarem”.

Dessa maneira, a cultura depreciativa da figura da mulher foi aos poucos sendo construída e implantada na sociedade capitalista, tirando da mulher sua liberdade, poder de escolha e transformando-a em um objeto componente da estrutura de exploração de seu corpo. Ignorando suas habilidades, capacidades, opiniões e construção de uma experiência de vida e de trabalho que seja fonte de dignidade e não de acumulação capitalista.

Com o passar dos séculos, o contexto histórico da opressão da figura feminina, foi se estruturando em meio às transformações que o sistema capitalista provocou no cotidiano e nas formas de organização da sociedade. Por isso, elementos como a privatização da terra e de outros recursos comunais geraram as crescentes desigualdades sociais e exploração da força do trabalho. No processo capitalista, tais elementos não estão dissociados de outros como a nova divisão sexual do trabalho, a estrutura patriarcal e a exploração do corpo da mulher.

Para Marilena Chauí (1980: p.61), a divisão social do trabalho não é uma simples divisão de tarefas, mas a manifestação de algo fundamental na existência histórica, a existência de diferentes formas de propriedade. Isso quer dizer que a divisão entre as condições e instrumentos ou meios de trabalho e do próprio trabalho incide na desigual distribuição do produto de trabalho. Por conseguinte, a divisão social do trabalho engendra e é engendrada pela desigualdade social ou pela forma de propriedade privada.

Dessa forma, a mulher surda trabalhadora se encontra sendo integrante dessa injusta divisão social e sexual do trabalho, onde convive com a realidade de ser mulher e ser trabalhadora em um contexto social que até os dias de hoje segrega, menospreza financeiramente, fisicamente e intelectualmente sua participação no mundo do trabalho.

Ainda é mister lembrar que a mulher surda se encontra na desvantagem de ter a diferença linguística que limita consideravelmente a comunicação. Com efeito, sua percepção do mundo do trabalho é de forma específica bem original ao mundo do silêncio em que é inerente à sua natureza biológica e trajetória vivida no decorrer da infância e juventude. Assim, seu desenvolvimento intelectual diante do desenvolvimento cognitivo é diferenciado por conta da surdez e das poucas oportunidades inclusivas.

Nessa perspectiva, saber como a mulher surda trabalhadora se percebe no mundo do trabalho e o que o exercício laboral significa para ela são questões principais para a interpretação das cartografias existenciais de mulheres surdas trabalhadoras em Goiânia.

A seguir apresentamos algumas entrevistas realizadas com mulheres surdas trabalhadoras da cidade de Goiânia. O foco principal foi compreender o modo pelo qual elas percebem o trabalho como fonte de vida ou de exploração, preconceitos e opressão.

Ressalta-se que para a pessoa surda, compreender questões abstratas é bastante complexo. Para então conseguir alcançar o entendimento e a resposta condizente à realidade das entrevistadas, foi necessário muita dedicação e paciência. A algumas entrevistas foram realizadas com auxílio de recursos multimídia; outras ocorreram pessoalmente com todos os cuidados sanitários exigidos no período de Pandemia da Covid-19.

2.1 Trajetórias que se (des)encontram em um mundo silencioso

Jordana Ataíde de Almeida

Jordana Ataíde de Almeida é uma jovem de 28 anos de idade. É natural de uma pequena cidade do interior de Goiás chamada Itaberaí, a 98km de distância da capital Goiânia. Jordana frequentou a rede pública de ensino na cidade de Itaberaí desde a infância até completar o curso de pedagogia na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Filha de trabalhadores, o pai é pedreiro e a mãe trabalha em serviços gerais em uma escola da cidade, que também tiveram outra filha surda, a Jocasta. Atualmente (2020), Jordana mora em Goiânia.

Entrevistar Jordana foi percorrer um mundo que a despeito de ser silencioso, é revelador de trajetórias densas de desafios, dificuldades, experiências na vida e no trabalho.

Quando perguntamos sobre os motivos da mudança de cidade, Jordana sublinhou as dificuldades de inserção no mundo do trabalho, a oferta de empregos precários e a necessidade de procurar oportunidades na “cidade grande”.

A cidade que eu morava era pequena, sempre que eu procurava uma vaga de emprego nunca achava. Quando havia uma oportunidade de emprego sempre era escolhida uma pessoa ouvinte. Eu estudei e mesmo assim, quando aparecia uma oportunidade era só trabalho braçal ou em lugares frios (câmara fria). Então eu vim morar em Goiânia sem experiência de trabalho. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Em Goiânia, Jordana conseguiu um emprego que considera importante em sua experiência de vida e trabalho. Assim, em relação a quanto tempo está no atual trabalho e o que faz e por que trabalha, ela disse:

Hoje trabalho em uma empresa de produção e laboratórios, já tem sete meses que estou nesse trabalho, entrei no dia 23/03/2020. Gosto desse trabalho, fico no setor de estoque. Acho que o trabalho é muito importante na vida do ser humano, para mim o trabalho é positivo. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Jordana demonstra que o emprego se tornou fonte de alegrias e sonhos em sua vida. Para ela, ter um trabalho representou maior autonomia em sua vida e fonte de orgulho para sua família, além de fortalecer as possibilidades de continuar os estudos.

*Sou feliz no trabalho porque é importante ganhar dinheiro pra comprar casa, depois carro e também tirar CNH.
Ficar triste é coisa normal, se cansada, tempo dia, dor de cabeça.
Agradeço a Deus, eu não iguais a surdos, eu consciência.
Eu quero fazer pós-graduação em Goiânia, na UFG, eu lutar muito minha vida, o surdo não vai aprender depois pior, ela já experimentou. Minha mãe está orgulhosa de mim, amo muito ela. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).*

Jordana tem consciência da importância de se fortalecer políticas públicas para as PcD, reconhece a relevância das pessoas surdas conquistarem espaços nos estudos e na geração de empregos. Neste sentido, o pedimos que deixasse uma “mensagem” às mulheres surdas e aos governantes do país.

*As pessoas surdas precisam estudar, trabalhar para não sofrer no futuro triste e sempre usar as frases em Libras.
Os governantes devem respeitar e dar condições de todos falarem em Língua Brasileira de Sinais (Libras) é língua reconhecida por lei no Brasil desde 2002. Ela é uma língua completa (e não linguagem), com estrutura... (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).*

Perguntada se a vida das pessoas surdas é boa e o que poderia torná-la ainda melhor, Jordana argumentou com clareza as dificuldades que atravessam as trajetórias das pessoas surdas, especialmente as de comunicação e inserção no mundo do trabalho.

A vida da pessoa surda é boa, mas é difícil porque encontra dificuldades quando está na sociedade, por causa da comunicação. Eu gosto de ser surda, minha comunicação é Libras, mas se a pessoa não sabe eu escrevo e comunico.

Para a vida pessoa surda tem humor e alegria se ciar projetos pra surdos com ajuda de amigos.

As dificuldades que a surdez traz para as nossas vidas são inúmeras, e vão desde não entender o que as pessoas falam até mesmo a não conseguir arranjar um emprego. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

A entrevista com Jordana foi reveladora da trajetória existencial de uma mulher surda trabalhadora que possui a experiência da mobilidade do interior de Goiás para a capital Goiânia em busca de trabalho; uma mulher que cursou o Ensino Superior e sonha em continuar os estudos; uma mulher que conseguiu se inserir no mundo do trabalho e reconhece no emprego uma fonte de alegria e dignidade. Contudo, Jordana também sabe e enfatizou consciente as dificuldades enfrentadas pela pessoa surda, como as estruturas de preconceitos, dificuldades de comunicação, mobilidade e ofertas de empregos.

Ademacy Alves da Silva

Ademacy Alves da Silva é uma mulher surda trabalhadora que convive com as implicações da surdez bilateral idiopática. Ademacy estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental, e não consegue ler. Hoje (2020), aos 44 anos de idade, Ademacy é mãe de sete filhos com idades de 2, 7, 10, 15, 17, 19, 21 anos. É uma mulher surda trabalhadora que vive sua experiência humana na construção de um mundo repleto de obstáculos, desafios e responsabilidades. Em sua densa experiência de vida, o poder público foi ineficaz ao oferecer um ensino que não significou muito para Ademacy; um poder público ineficaz no apoio a orientações de métodos contraceptivos nas associações e grupos de mulheres surdas; um poder público ineficaz na assistência social a mulheres surdas chefes de famílias. Neste contexto, Ademacy trabalha para custear o sustento de seus filhos que são resultados de dois relacionamentos conjugais.

O primeiro contato com Ademacy ocorreu em julho de 2019. Em um diálogo livre, com o propósito de conhecer e conquistar confiança para tecer aproximações de pesquisa aos poucos, Ademacy relatou sua difícil jornada de mulher surda trabalhadora, inclusive a dificuldade e tristeza ao trabalhar em um local que não era compreendida e por vezes segregada e ignorada.

Em 2019, Ademacy trabalhava no turno noturno, precisava estar na empresa às 17h30; ao chegar, recebia um lanche, batia ponto às 18h e iniciava o trabalho. Empacotava linguixas em bandejas de isopor e inseria na balança pra conferir o peso de 1,5kg. Às 22h recebia o jantar, após 30 minutos retornava ao trabalho na câmara fria até às 4h da manhã. Encerrado o

expediente, batia o ponto, recebia um lanche e às 4h30 saía da empresa e novamente fazia seu trajeto para casa no transporte público. Ademacy chegava em sua casa às 6h, dorme até às 11h e levantava para cuidar dos filhos para irem à escola.

Essa trajetória no trabalho consta apenas o que é enfrentado pelos trabalhadores noturnos dessa empresa, mas Ademacy tem uma questão fundamental a ser observada, sua surdez. Ao ser perguntada o que é mais difícil no trabalho que exerce, ela referiu-se à indiferença a qual sua gerente a trata. Ademacy afirmou sentir que “*na empresa não gostam de surdas, sente que sua gerente olhava para ela com desdenho*”. Ademais, quando ingressou no emprego, não foi explicado em LIBRAS o que deveria fazer, teve de aprender apenas observando os demais. Com o critério de observadora tentou ajudar outros colegas que em situações de dificuldades, mas por não entenderem e não quererem entendê-la, afirmou que chegaram a chamá-la de louca.

Ademacy exemplificou que por saber da importância de se usar touca no cabelo durante a execução do trabalho com os alimentos, um dia, ao perceber que o cabelo de uma colega de trabalho estava saindo, tentou avisá-la e ajudá-la, mas foi repreendida pela gerente que pediu para observar apenas o que é de sua responsabilidade. Ademacy esclarece que situações de repreensão como essa deixam-na triste, se sente humilhada diante dos colegas. Por isso, após diversas experiências “traumáticas” na mesma empresa, Ademacy passou a procurar, com apoio da Associação das Mulheres Surdas e Deficientes Auditivas de Goiânia, um novo emprego.

A nova entrevista com Ademacy ocorreu em novembro de 2020. No diálogo fomos informados que ela buscou outro emprego, pois não conseguiu permanecer com o sentimento de exclusão que sofria no emprego anterior. Desde junho de 2020, Ademacy se encontra trabalhando em outra empresa e a seguir apresentaremos as respostas dadas por ela acerca de sua experiência no decorrer de uma entrevista.

Ao perguntá-la sobre quantos empregos havia passado nos últimos anos, sua resposta revelou a rotatividade nos empregos e exposição a ambientes precários de trabalho.

Em 2019 foram dois empregos e agora em 2020 estou a cinco meses no novo emprego. Eu gosto desse emprego, porque a minha gerente sabe um pouco de Libras e conversa explicando o trabalho. Hoje sou auxiliar de produção e trabalho colocando produtos dentro das caixas de papelão. Na empresa no horário noturno que eu trabalho, trabalham também treze outros surdos. Para chegar ao trabalho utilizo dois ônibus, pois moro na divisa de Goiânia com Goianira e a empresa fica na saída de Goiânia para Nerópolis. Eu saio de casa para trabalhar às 19:40h, chego no trabalho às 22:00h. Trabalho até 06:00h da manhã e chego de volta em casa às 09:30h; vou dormir e depois

acordo e vou cuidar da casa e das quatro crianças que estão comigo, pois o filho mais velho casou, os outros dois maiores estão morando com a avó. Gosta desse trabalho porque é calmo, não fico na câmara fria e a coordenadora sabe um pouco de libras. O que tem de ruim são as fofocas, mas é normal fofocas. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Sobre o que traz alegrias e tristezas para a mulher surda trabalhadora, revelou

Eu tenho alegria quando estou com minha família, quando eu tenho trabalho para pagar aluguel e também ter amigos ouvintes me deixa com alegria no coração.

As amizades falsas me trazem tristezas porque existem muitos surdos falsos. Não gosto de ser surda, queria ouvir, porque a vida do surdo é muito difícil, as pessoas na escola não conversam em Libras, também no trabalho tudo difícil. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Solicitamos a Ademacy que deixasse um recado das mulheres surdas aos governantes do país. Logo, apresentou os seguintes argumentos:

É importante as mulheres surdas cuidar da saúde, cuidar para não terem filhos. Ter filhos é muito difícil, eu sozinha cuidar filhos, preciso trabalhar, não tem jeito de passear, namorar... sempre precisa cuidar dos meus filhos, pagar aluguel, levar escola tudo difícil.

Para os governos eu falo olhem pelas crianças e pelos surdos do país, a vida do surdo é muito difícil. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Perguntada se a vida das pessoas surdas é boa e o que poderia torná-la melhor, Ademacy disse

Eu acho a minha vida de surda muito difícil, não é boa. Eu fico cansada porque as pessoas não entendem o que eu falo. Acham que sou boba, mas eles que são bobos porque não sabem libras. Fico triste com mentiras e promessas de casamento.

Eu tenho alegria quando as pessoas me ajudam, acho que a vida dos surdos ficaria melhor se todas as mulheres surdas tivessem casa própria. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Ao observar a trajetória diária das mulheres surdas trabalhadoras, fica em destaque a realidade apontada por Neto, Marques e Borges (2018), a saber:

A deficiência é uma linguagem que passa a habitar um corpo. O nascimento lança de pronto, uma cicatriz a alma. Ele abre e fecha a ferida da passagem.

Mas, quando um nasce com deficiência, a cicatriz atinge a alma do outro – e demora, porque abre a ferida da impotência. O outro que vê a deficiência, a nomeia, a classifica e a põe de escanteio quando não suporta. É o outro que sente vergonha, antes que o corpo deficiente venha sabê-lo (Neto, Marques e Borges 2018, p. 139).

A densa trajetória de vida e trabalho de Ademacy exemplifica o mundo desigual e precário experimentado por trabalhadoras e trabalhadores da periferia de Goiânia. As PcD se somam aos milhares de sujeitos que necessitam do transporte público, enfrentam os turnos noturnos em ambientes insalubres e dependem de salários baixos.

Essa é a experiência humana de Ademacy. Sua densa trajetória de vida e sua inserção no mundo do trabalho dizem também de seu mundo, atravessado pelas ações do Estado que contribuem com as segregações espaciais, políticas, culturais e educacionais. Sua experiência existencial de trabalhadora surda possui as cicatrizes do viver na sociedade desigual, no modo de produção que explora e humilha as trabalhadoras e os trabalhadores. Seu “mapa de vida” demonstra a relação entre mulheres surdas trabalhadoras - ou, de forma ampla, entre o trabalho de PcD e a sociedade de classes, as estruturas de poder que excluem a classe trabalhadora das universidades, da terra, da moradia, da saúde pública de qualidade... Enfim, das condições cabais, materiais e imateriais, da dignidade humana.

Ademais, diante dos relatos da história de Ademacy, pode-se recorrer às palavras de Lima e Mendes (2018, p. 142) ao afirmar que “o corpo deficiente, mesmo calado, não silencia. Ao contrário, escancara para os olhos e ouvidos mal-educados as fissuras da existência. E constrange”.

Ademacy é uma entre tantas mulheres surdas trabalhadoras, cidadãs, chefes de família que desejam sair da invisibilidade e das correntes do preconceito, da exploração e da exclusão para, noutra extremo, tornar o seu trabalho e a sua experiência humana fontes de liberdade, dignidade e alegria plenas.

Lilian Alves Pereira Gonçalves

Lilian Alves Pereira Gonçalves é uma mulher surda trabalhadora de 32 anos de idade, é casada e tem dois filhos de 12 e 14 anos de idade, respectivamente. Terminou o curso de Letras-Libras na Universidade Federal de Goiás no ano de 2019. Sua casa foi construída no mesmo lote da casa de sua mãe, portanto não paga aluguel e vive com apoio direto da família materna.

Quando perguntamos por quantos empregos Lilian havia passado, Ela respondeu:

Nos últimos dois anos trabalhei em três empregos, mas os dois primeiros não aguentei porque era em câmara fria, sempre eu adoecia com muitas dores de cabeça e sempre resfriada, eu preferi procurar outro emprego. O ano passado eu estava trabalhando num shopping e foi muito difícil porque o horário de trabalho era muito longo, no shopping eu trabalhava na limpeza porque era a única coisa que me ofereceram. Foi muito difícil trabalhar todos os dias e depois ir para a faculdade.

Com a pandemia, fui demitida, agora estou à procura de outro emprego, mas espero ter um emprego melhor porque agora eu já terminei o curso superior. Eu trabalho para sustentar meus filhos e para ajudar na despesa de casa, gosto de trabalhar, porque é bom conversar com pessoas educadas no trabalho só é difícil a comunicação com pessoas que não sabem libras (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

O relato de Lilian sublinha a rotatividade das mulheres surdas trabalhadoras em empregos e, ao mesmo tempo, sublinha as dificuldades de comunicação, a exposição dessas trabalhadoras em ambientes precários e de riscos de adoecimento. Suas palavras ainda sintetizam os desafios em conciliar trabalho e estudos, trabalho e o cuidado dos filhos. No contexto em que a pesquisa com Lilian foi realizada, demonstrou-se que com a Pandemia da Covid-19, ficou desempregada e essa situação gerava expectativas devido a necessidade de manter os cuidados dos filhos. Todavia, esperava que com o Ensino Superior concluído, conseguiria se inserir no mundo do trabalho com um emprego melhor.

Sobre o que representa situações de alegrias e tristezas para a mulher surda trabalhadora, suas palavras expuseram a centralidade do trabalho:

Eu fico muito alegre quando tenho meu trabalho, porque eu sei que terei dinheiro pra cuidar da vida, outra coisa que me deixa alegre é quando vejo que meus filhos estão bem, não falta nada para eles e quando posso ir à igreja meu coração fica muito alegre.

Ficar sem trabalho traz tristezas e muita preocupação porque é difícil ficar sem dinheiro, a vida precisa de dinheiro. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Neste trecho de entrevista, Lilian deixou exposto que o trabalho é fonte de alegria em sua vida. O emprego garante autonomia, o cuidado dos filhos e uma existência com mais dignidade.

Pedimos a Lilian que apresentasse às mulheres surdas e aos governantes do país sua percepção do mundo das PcD. Logo, em suas palavras reconheceu esse mundo como de dificuldades, obstáculos de comunicação, necessidade de políticas públicas eficazes e a

importância de ter nos estudos uma oportunidade de melhoria de vida e conquista de direitos pelas PcD.

Para as mulheres surdas eu falo é muito importante estudar, porque entendemos melhor a vida e se as pessoas não sabem libras podemos escrever no papel e elas entendem nosso pensamento.

Se eu encontrar o presidente eu iria falar, que por favor ajuda os surdos porque a vida deles é muito difícil (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Perguntada se a vida das pessoas surdas é boa e o que poderia torná-la melhor, Lilian respondeu:

A vida das pessoas surdas é boa, mas é tudo mais difícil porque nos lugares públicos não tem intérpretes de Libras. Eu gosto de ser surda, acho muito lindo falar em Libras é minha língua. Ter trabalho faz a vida da pessoa surda ser mais alegre, quebrando as barreiras da comunicação as pessoas surdas terão alegria, porque é muito triste guardar as ideias sempre, sem poder falar porque as outras pessoas não entendem o que falamos. Eu agradeço o convite para participar dessa pesquisa. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

O mundo silencioso de Lilian diz da realidade concreta vivenciada pelas pessoas surdas, como os obstáculos de comunicação, seja no emprego ou em espaços públicos. Ainda, mesmo que a inserção no mundo do trabalho ocorra em ambientes e situações precárias e de baixos salários, essas mulheres veem no emprego o fortalecimento de sua autonomia. O relato de Lilian expõe que o caminhar de uma vida da PcD tem no trabalho uma importante fonte de com alegria.

Lorrana Dima da Costa

Lorrana Dima da Costa é uma mulher surda trabalhadora que tem 47 anos de idade e cursou até a 7ª série do Ensino Fundamental. Sendo mãe solo de dois filhos de 20 e 23 anos de idade já casados. Atualmente (2020) mora sozinha, pois afirmou “*acreditar que casamento só trará mais serviço e problemas. E assim pretendo continuar morando só*”.

As cartografias existenciais de Lorranna, com foco em suas experiências no mundo do trabalho, como as demais mulheres surdas trabalhadoras entrevistadas, explicitaram a rotatividade no emprego, a importância no trabalho como dignificador da vida. Assim, quando perguntamos sobre por quantos empregos Lorrana havia passado, ela respondeu:

Nos últimos dois anos passei por três empregos todos na área da limpeza, quando veio a pandemia escolheram e eu fui demitida. No momento estou procurando emprego pois é muito importante para minha vida. O trabalho é bom porque eu não fico em casa sem fazer nada e preciso ter dinheiro para pagar água, luz e comprar comida, porque essa é a vida de pessoas adultas. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Sobre o que traz alegrias e tristezas para a mulher surda trabalhadora, tendo como referencial sua experiência, disse:

Eu não sou alegre porque as pessoas não entendem o que eu digo. Sempre falam que estou errada daí eu fico nervosa. Os meus pais morreram e eu sinto muita falta deles porque eles me entendiam, isso me deixa triste, o sentimento de estar sem ninguém que me entenda. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Outro elemento de preocupação nas reflexões que Lorrana referenciou na entrevista refere-se à importância da comunicação em LIBRAS. Seu relato revelou o quanto superar a barreira da linguagem é um elemento importante à inserção das pessoas surdas no emprego e nos espaços públicos. Desse modo, Lorrana disse:

Eu falo para as mulheres surdas trabalhadoras que elas precisam se comunicar mais, sempre em Libras e ajudar a divulgar a Libras. Assim as pessoas vão aprender mais sobre libras e conversar mais com as pessoas surdas.

Se um dia eu conversar com o presidente da república eu diria para ele implantar intérpretes de Libras em todos os lugares de Goiânia, em todos os lugares públicos para ajudar a comunidade surda de Goiânia. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Ao perguntarmos acerca da experiência de vida das pessoas surdas, se a considerava boa e o que poderia torná-la melhor, Lorrana ressaltou a realidade de preconceitos vivenciada pela pessoa surda, especialmente em situações em que não há comunicação fluente.

Eu não acho que a vida da pessoa surda é boa, porque as pessoas ouvintes são mal-educadas com as pessoas surdas, eu sempre tenho que ter paciência... porque as pessoas não entendem que é o jeito de surda que é meu jeito e tenho muitas dificuldades.

Eu acredito que para a vida da pessoa surda ficar melhor, é importante que as pessoas ouvintes façam amizade com pessoas diferentes, mesmo surdas porque isso é ser educado. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

O poema *É preciso ser surdo para entender*, do escritor surdo Willard J. Madsen, escrito em 1971, sintetizou a angústia sofrida por pessoas surdas. Ao realizar as entrevistas foi notória a veracidade do mesmo sentimento expresso na poesia e nas experiências das mulheres surdas trabalhadoras. Em um trecho do poema, essa constatação é sintetizada com as seguintes palavras:

Como é ser surdo e sozinho em companhia dos que podem ouvir e você somente tenta adivinhar, pois não há ninguém lá com uma mão ajudadora enquanto você tentar acompanhar as palavras e a música?
Você precisa ser surdo para entender! (MADSEN, 1975).

Assim, munidos do esforço em interpretar mais das cartografias existenciais de mulheres trabalhadoras surdas de Goiânia, conhecemos também um pouco da história de Lysandra.

Lysandra Christina Batista

Lysandra Christina Batista é uma jovem de 24 anos de idade. É solteira e mora apenas com o pai. Fez o primeiro ano de curso no Serviço Social do Comércio (SESC), voltado para preparar para o mundo do trabalho, mas foi interrompido. Na entrevista, Lysandra demonstrou muita energia ao conversar rapidamente em Libras

Diferente das demais surdas trabalhadoras entrevistadas nesta pesquisa, Lysandra ainda não conseguiu se inserir no mundo do trabalho através do emprego. Portanto, é uma mulher surda desempregada que vislumbra um emprego e relatou os desafios disso para as PcD. Ressaltou ainda que o emprego é algo que almeja muito, pois, por intermédio dele terá autonomia ao ganhar o próprio dinheiro, pagar suas contas e reparos na casa em que vive. Sendo assim, Lysandra disse o seguinte:

Eu nunca trabalhei, já esse ano estive em cinco empresas diferentes procurando um vaga para eu trabalhar, mas é muito complicado de achar, no momento estou desempregada. O trabalho é uma coisa que quero muito, mas estou vendo que a falta de acessibilidade dificulta muito ser empregada e deve ser difícil ficar no trabalho. Eu quero trabalhar porque preciso pagar minhas contas, ter dinheiro para o prazer pessoal e emergências e até concertos em casa etc. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Lysandra considera a família uma importante fonte de alegria em sua vida. Conforme revelou por intermédio das seguintes palavras

Uma coisa que traz alegria para mim é estar próximo à minha família e estar em reunião com minha família e receber apoio da família. O fato da separação de meus pais me trouxe muita tristeza e impactos fortes na minha emoção. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

A percepção de Lysandra sobre os desafios das PcD na sociedade e especialmente no mundo do trabalho foi sintetizada em sua reivindicação em termos de fortalecimento do acesso ao ensino de Libras nas escolas.

Eu desejo que as mulheres surdas tenham muitos amigos união na família e saúde para trabalhar.

Gostaria de falar ao presidente para colocar mais a cultura surda na sociedade e que colocasse na escola o ensino de libras para todas as pessoas. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Os obstáculos de comunicação, assim como no caso de outras entrevistadas, voltaram a comparecer na entrevista com Lysandra. Consequentemente, nas palavras de Lysandra, isso fortalece a estrutura de preconceitos sofrida pelas pessoas surdas. Há nas pessoas surdas uma vontade de expressar, de comunicar sensações, ideias, desejos e sonhos que dificilmente encontra interlocutores, e isso deixa-a triste, conforme ressaltou:

A sociedade não trata as pessoas surdas como importantes, não conversam ou se comunicam. A falta de comunicação na família ou na sociedade é o maior problema. A vontade de se expressar para várias coisas é abafada pelo medo de não ser compreendida pela sociedade. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Por fim, a experiência de vida de Lysandra, construída em espaços concretos da convivência familiar, é urdida pela procura por empregos na cidade de Goiânia, enfrentamento da estrutura de segregação e de barreiras físicas e atitudinais que implicam as PcD.

Laryssa Vitória Rocha Toledo

Laryssa Vitória Rocha Toledo é uma jovem mulher de 19 anos de idade trabalhadora da cidade de Goiânia. Ela é casada, não tem filhos e cursa a terceira série do Ensino Médio. Ao entrevistá-la, foi emocionante perceber o quanto a postura e a consciência engajadas da geração jovem de mulheres surdas trabalhadoras. Há nelas a luta ininterrupta para serem reconhecidas

como pessoas partícipe da sociedade e sujeitos de sua própria história. Realmente uma “luz no fim do túnel”.

A família é uma importante fonte de apoio à Laryssa, conforme percebido na entrevista. Laryssa tem uma mãe dedicada, presente em todos os ambientes onde a filha frequenta. Essa mãe se comunica fluentemente em LIBRAS e mobilizou toda a família que se comunica com Laryssa fluentemente em Libras. Dessa forma, Laryssa é absolutamente segura de si e incluída no ambiente familiar.

Especificamente, nesta entrevista, fui acompanhada pela intérprete de Libras Ana Cláudia Pereira da Silva Menezes, que é filha de surdos e lutadora pela causa das pessoas surdas.

Quando perguntamos sobre por quantos empregos Laryssa havia passado ela respondeu que estava no primeiro emprego como jovem aprendiz:

Estou em meu primeiro emprego, entrei pelo programa jovem aprendiz, ali trabalho como auxiliar de produção em uma loja de roupas, gosto muito porque aprendi a organizar coisas e a ajudar pessoas. Existem mais de dez surdos que trabalham comigo e outras pessoas ouvintes também. Todos somos iguais, não há diferença ali. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Sobre o que traz alegrias e tristezas para a mulher surda trabalhadora e a partir de sua experiência de vida e trabalho, ressaltou:

Minha instrutora não tem paciência com os surdos e com os ouvintes. Mas eu gosto muito do meu trabalho porque tenho muitos amigos surdos e ouvintes e todos somos iguais.

No meu trabalho existe a verdadeira inclusão!

Eu trabalho porque quero aprender as coisas da vida para o futuro e preciso do salário, pago contas, água e alimentação. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Quando perguntamos sobre o que a traz alegria e o que traz tristezas para a vida dela enquanto mulher surda trabalhadora, Laryssa respondeu:

Para mim o que traz muita alegria é quando eu economizar para o futuro e comprar as coisas que gosto, passear. Pensar no meu futuro de trabalhar para comprar uma casa própria, porque hoje pago aluguel.

Quero fazer faculdade, porque é importante o aprendizado, a linguagem de Libras. Porque quero estudar me formar e ajudar as pessoas.

Quero fazer Letras Libras ou fotografia, assim vou ter muitas alegrias.

Eu fico triste quando os problemas que acontecem na família.

Eu surda fico triste porque as pessoas ficam falando que eu sou burra, que os surdos não sabem de nada.

No futuro eu e os outros surdos teremos mais consciência. As pessoas ouvintes precisam tratar melhor os surdos.

Isso gera ansiedade nos surdos, porque ainda precisam romper seus próprios limites, porque precisa ter paciência com as pessoas surdas.

Tem surdos acomodados que querem só a aposentadoria e ficar em casa, não trabalha.

Mas trabalhar é importante!

Fico triste por não ter médico que entenda Libras, ele diz, não sei que remédio passar pra você, não te entendo.

Na escola me sentia feliz, porque os alunos interagiam comigo. Mas sinto a segurança frágil porque não entendem o que falo.

Quero estudar e fazer minha faculdade de fotografia e quero ter a vida boa igual dos ouvintes.

O surdo não é burro, não é coitadinho, é inteligente, todos são iguais ouvintes e surdos. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Sobre deixar um “conselho” para mulheres surdas, Laryssa argumentou:

Um conselho pra mulher surda, pra não se sentir triste, pra esquecer as dificuldades da vida, ser firme, pensar no futuro, sonhar com futuro, não ficar triste.

Pensar e não engravidar por agora, não é fácil entregar o filho pra vovó, tem que primeiro fazer faculdade, depois ter filhos, evitar brigas com esposo, com família.

Evitar falar palavras ruins pra família, para as pessoas. Porque tem pessoas que é surda, mas tem vergonha de falar Libras, mesmo que a família não saiba.

Melhor não ter preconceitos. A libras é a Língua dos surdos, é a nossa língua, primeiro Libras e depois oralizar. (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

O diálogo com Laryssa também permeou a conjuntura política do Brasil. Ela demonstrou um posicionamento crítico e reenviou políticas públicas a serem implementadas nas escolas ou fortalecimento da comunicação em distintos espaços como fator de fortalecimento da acessibilidade das pessoas surdas na sociedade.

Eu tenho medo do presidente do país [2020] (risos)

Pra ele abrir um pouco a mente.

Precisamos de mais interpretes nas escolas, pra ajudar na comunicação dos surdos nos lugares públicos, farmácia e ter maior acessibilidade para todos! (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

Ao ser perguntada sobre a “beleza da vida” para as pessoas surdas e qual a opinião de Laryssa sobre ser uma mulher surda, ela respondeu:

Sim, a vida das pessoas surdas é boa.

Eu sou firme, eu luto pela vida é normal igual de ouvinte, apenas a comunicação é precária.

Sim, eu amo ser surdas, eu sou livre, sou feliz, sou casada.

Os ouvintes falam e eu também falo em Libras, faço piadas normal, só que em Libras.

Para a vida das mulheres surdas ficar ainda melhor, é só conseguir realizar seus sonhos para o futuro (Relato de Entrevista, Goiânia/GO, 2020).

A leitura e a interpretação dos diálogos com as mulheres surdas trabalhadoras na cidade de Goiânia, reforçaram que um dos desafios centrais a ser superado é o da comunicação. E tal fato permeou os argumentos das entrevistadas por políticas públicas neste sentido, implementadas nas escolas, ambientes de trabalho e públicos.

Assim, a partir dos relatos das entrevistadas foi possível sistematizar informações representadas no seguinte quadro (Quadro 3).

Assunto	Percepção das mulheres deficientes auditivas e surdas entrevistadas
Importância do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Fonte de renda para adquirir a sobrevivência, conforto próprio e da família • Promove sentimento de utilidade e cidadania • Promove autonomia
Dificuldades no ambiente do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação • Rejeição e isolamento • Preconceito
Esperança como trabalhadoras	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade auditiva • Respeito no ambiente de trabalho • Inclusão real
Esperança como cidadãs	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino de LIBRAS obrigatório no Ensino Fundamental • Governantes se interessarem pela causa das trabalhadoras surdas • Políticas públicas executadas na prática • Reconhecimento de sua autonomia

Quadro 3. Síntese da percepção das entrevistadas sobre o mundo do trabalho em suas vidas
Org.: a própria autora (2021).

Entre as entrevistadas que tinham um grau de instrução maior ou menor, foram unânimes em levantar a questão da comunicação precária como fator principal que dificulta suas vidas enquanto trabalhadoras. Ademais, como um dos principais motivos de adoecimento psicológico que por sua vez provoca o abandono do trabalho em busca de uma outra oportunidade laboral na qual sejam aceitas e respeitadas.

Para Silva (2000, p.80), a característica da linguagem tem consequências importantes para a questão da diferença e da identidade cultural. Considerando que a diferença primordial dos surdos permeia a questão da linguagem, pode-se perceber o quanto a constituição da identidade é marcada por essa dimensão linguística, fazendo com que essa diferença seja concebida como auto referenciada e dotada de sentido nas trocas sociais.

Nesta perspectiva, outra questão bastante sinalizada entre as mulheres é o preconceito estabelecido de que pessoas surdas são incompetentes, loucas e bobas. As mulheres surdas entrevistadas reforçaram em suas palavras ditas com as mãos, em suas palavras ditas com os seus olhares, palavras ditas com as expressões de seus rostos, que elas só precisam que tenhamos coragem de ouvir o seu silêncio. Que são capazes de executar o que for proposto, desde que se proponha de forma legível a sua limitação auditiva.

Como afirma Madsen em seu poema *Você precisa ser surdo para entender*, é necessário ter empatia e exercer a alteridade para se entender as dificuldades limitadoras, que muitas vezes são amenizadas com apenas uma ajuda.

E ao mencionar o acompanhamento de palavras e músicas, como está descrito no poema Madsen (1975), é essencial relatar que a experiência de sociedade construída ao longo da vida escolar é um ponto mencionado por todas as entrevistadas, no sentido de que gostariam de ter maior acessibilidade para desenvolver suas características e habilidades. Ressalta-se que as entrevistadas mais jovens transpareceram um afeto pela experiência escolar, porém as entrevistadas de mais idade, demonstraram desejo de que suas experiências escolares tivessem acontecido de forma diferente. Isso teria contribuído com constituição de processos educacionais dignificadores da vida, gerador de oportunidades de empregos com melhores salários e conquista da autonomia.

De fato, a instituição escolar dos últimos vinte anos apresenta avanços e garantias de conquistas para os estudantes com deficiência. Contudo, mesmo após o Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que representou avanços dos direitos da Pessoa com Deficiência, enfatiza-se que "[...] a igualdade de acesso não garante a inclusão e, na mesma medida, não afasta a sombra da exclusão" (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 959).

Apesar do exercício da lei estar sendo implantado na sociedade, ainda há muito a ser feito, no caso das trabalhadoras surdas, é contraditório que as empresas obedeçam a lei abrindo a vaga para a mulher surda trabalhar e não disponibilizar um intérprete de LIBRAS para capacitar essa funcionária para exercer sua função. Ainda, é contraditório oferecer uma vaga de

serviço braçal a uma funcionária que tem curso superior e deseja crescer na empresa de acordo com suas qualificações adquiridas através de cursos e escolaridade.

Para Santos e Borges (2018), quando a Pessoa com Deficiência consegue se inserir no mundo do trabalho, ao ser contratada aparecem outras barreiras que dificultam a sua permanência na empresa: falta de acessibilidade física aos espaços da empresa; ausência de chefias ou colegas que consigam se comunicar com os deficientes (surdos por exemplo); falta de conhecimento específico sobre as deficiências por parte das equipes de trabalho, o que pode resultar em *bullying*, preconceito e até exclusão.

As cartografias existenciais demonstram que é possível “mapear” as trajetórias de vida de PcD, a construção de seus mundos subjetivos na relação com o mundo concreto e social. Desse modo, evidenciou-se que histórias de mulheres surdas trabalhadoras vasculham realidades atravessadas por dispositivos de preconceito, exclusão, opressão e exploração. Estruturas da sociedade de classe que agem no corpo e na subjetividade dessas mulheres. Logo, complexificam a relação entre trabalho e deficiência.

Considerações finais

Conforme o Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 capítulo V, art.8º §III, o trabalho é uma ferramenta de inclusão social e a efetivação dessa atividade traz a conquista da realização de objetivos. Dessa forma, é compreensível a importância do exercício laboral na vida das mulheres surdas trabalhadoras, pois, representa uma das muitas oportunidades de serem incluídas socialmente como cidadãs com especificidades próprias.

Apesar de todas necessidades e cuidados especiais às pessoas com deficiência serem normatizados e reconhecidos como legítimos perante a lei, as mulheres surdas trabalhadoras ainda sofrem com uma educação especializada frágil; sofrem com políticas públicas incompletas e sofrem com uma inserção no mercado de trabalho precária que na maioria das vezes não oferece uma comunicação satisfatória e promotora do crescimento e permanência dessas trabalhadoras na empresa.

É fato que o respeito à comunicação via LIBRAS para as mulheres surdas, significa muito mais que uma compreensão de conceitos. Para a mulher surda trabalhadora, a comunicação em LIBRAS, configura um respeito à sua essência e à sua condição específica de surda. A ausência dessa comunicação eficaz, é um dos motivos que dificulta a inserção, permanência e desenvolvimento de suas habilidades no ambiente de trabalho.

Dessa forma, existe uma grande rotatividade das mulheres surdas trabalhadoras nas empresas de Goiânia e cidades metropolitanas. De acordo com relatos das próprias trabalhadoras surdas, é possível constatar que um dos fatores que implica essa realidade é a subjetividade. Quando a empresa atende apenas a necessidade técnica pela força da lei e não observa a subjetividade da trabalhadora surda, é possível que essa trabalhadora não permaneça por muito tempo empregada nessa empresa.

A subjetividade referida neste contexto, se refere ao mundo interno da mulher surda trabalhadora, a saber, suas inquietações internas, seus pensamentos, emoções e sonhos para o futuro. Essa subjetividade em relação ao fato de querer incluir-se em um sistema laboral, que não consegue decifrar por completo, ou que durante a estadia na empresa, é hostilizada por emitir sons diferentes das demais trabalhadoras; ou ainda ser rotulada de preguiçosa quando ainda a explicação de sua supervisora não foi suficiente e nem motivadora para que a execução do trabalho seja realizada a contento.

Entender a importância de se respeitar a individualidade da mulher surda trabalhadora, bem como sua necessidade de um diálogo em LIBRAS e de tempo para sua adaptação ao ambiente de trabalho, requer problematiza a cultura de normalidade que está insuflada em nossas vivências. Conforme afirmam Diniz, Barbosa e Santos (2009, p.06). “A desvantagem social vivenciada pelas pessoas com deficiência não é uma sentença da natureza, mas o resultado de um movimento discursivo da cultura da normalidade, que descreve os impedimentos corporais como abjetos à vida social”. Mulheres surdas trabalhadoras tem o direito e a necessidade de trabalhar em um local acessível à seus limites porque para elas como também para as pessoas ouvintes o trabalho é fonte de vida e de construção de sua própria identidade.

Além do exercício laboral ser responsável pela sobrevivência financeira, ele significa o encontro de pessoas, de mundos, de conquistas pessoais, de uniões e desuniões. O trabalho, portanto, tem um sentido polissêmico que pode significar o desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais, a construção de laços afetivos e tantas outras formas intrínsecas à subjetividade e ao mundo social dos sujeitos. O trabalho pode ser fonte de vida em abundância as mulheres surdas trabalhadoras.

Ao longo desses dois anos de pesquisa no curso PPGEQ-UEG- Campus Cora Coralina foi possível através das inúmeras atividades acadêmicas expandir fortemente o desejo de conhecimento e expandir de forma significativa a compreensão de que as pessoas precisam lutar

por uma sociedade justa e humanizada. E através do conhecimento científico é possível avançar na construção um mundo com maior equidade.

As narrativas encontradas no discurso de cada pessoa entrevistada citada neste trabalho, demonstra que as pessoas surdas têm seus próprios objetivos, sonhos de futuro e principalmente sua visão de mundo constituída principalmente pela diferenciação linguística. Observou-se também que é através desse sistema linguístico que se estabelecem suas crenças, valores trocas sociais que formam assim sua cultura.

Ficou claro, diante dos resultados da pesquisa, que a desconstrução de conceitos de uma sociedade pautada na “normalidade” deve acontecer, afim de incluir verdadeiramente toda a diversidade de trabalhadores e trabalhadoras no ambiente de trabalho consequentemente na sociedade.

Ter coragem de “ouvir” o silêncio das mulheres surdas trabalhadoras, é reconhecer que a “diferença” representa apenas a “diversidade” humana.

Cartografias existenciais de PcD desvendam vidas enredadas em dramas, utopias, sofrimentos, alegrias e amores. Por isso, cartografar existências de PcD aprofunda o olhar que explora amiúde as experiências dos sujeitos nos espaços e tempos concretos da vida social. No caso das mulheres surdas trabalhadoras, os mapas de suas trajetórias contribuem para desnudar faces do mundo do trabalho invisibilizadas pelas estruturas de opressão da sociedade capitalista. A história de vida de Ademacy, exemplo narrado na dissertação, demonstrou que ao ingressar no trabalho, ao vender sua força de trabalho, a mulher surda enfrenta no espaço da empresa a reprodução e agudeza da exploração e segregação também defrontadas fora dela.

Na pesquisa realizada em Goiânia constatamos a grande rotatividade das mulheres surdas trabalhadoras nas empresas. Isso se dá por várias razões, dentre elas a principal é o *sentimento...* Sentimento de estar em um lugar onde não se é compreendida e não se compreende o ritmo solicitado; sentimento de não corresponder às expectativas da sociedade ouvinte; o sentimento de inferioridade em relação ao público masculino; o sentimento de “ser estrangeira em sua própria pátria”. Logo, se por um lado a violência se evidencia no corpo explorado que adoece; por outro, a violência se desvela na subjetividade tolhida frente aos discursos e exigências da “psicopolítica neoliberal” (CHUL-HAN, 2016), atuante na emoção.

Constatou-se que as empresas de grande porte que admitem um número maior de surdas, buscam entre elas a surda com maior possibilidade de comunicação e faz dessa a porta voz das demais no ambiente de trabalho. Mas, essa não é a inclusão necessária, há de se organizar um profissional habilitado em LIBRAS para estar disponível diariamente na empresa. Há de se

estabelecer inclusão da LIBRAS entre outros funcionários e, conseqüentemente, inclusão das surdas no processo de sociabilidade no âmbito laboral. Há de se estabelecer orientações específicas de acordo com as limitações das mulheres trabalhadoras surdas.

A luta é pela desconstrução de conceitos e ações preconceituosas e a construção de uma sociedade justa, na qual o trabalho seja para a mulher surda emancipatório e fonte de crescimento político, subjetivo, solidário e coletivo. O trabalho como matéria de dignificação da existência de PcD, de ponte para mundos nos quais a vida é festejada como caminhada no terreno da solidariedade, do respeito e da admiração pelo outro e suas diferenças.

Referencias

AMORIM, Annibal, C do.; GERTNER, Sônia; AMORIM, Luciana de A. Cartografia histórico-conceitual da “deficiência”: construção social feita de “invisibilidades/visibilidades” e de utopias. In: CHAVEIRO, Eguimar. F.; VASCONCELLOS, Luiz C. F. **Uma ponte ao mundo: cartografias existenciais da pessoa com deficiência e o trabalho**. Goiânia/GO: Kelps, 2018. p.43-78.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 06. ed. São Paulo: Editora BOITEMPO, 2002.

ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. In MANZINI, Eduardo J. (Org.). **Educação especial: temas atuais**. Marília: Unesp Marília Publicações, 2000.

BARNES, Colin; BARTON, Len; OLIVER, Mike. **Disability studies today**. Cambridge: Polity Press, 2002.

BARTON, Len (Ed.). **Discapacidad e sociedad**. Madrid: Morata Editora, 1998.

BAUDRILLARD, J. **Die Transparenz des Bosen-Ein Essay uber extreme phanomene**. Berlim, 1992, p.75.

BRASIL, [Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm#art20), Art. 20. *Casa Civil da Presidência da República* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm#art20 .

BRASIL. **Decreto Nº 3.298**, de 20 de Dezembro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 25/03/2020.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

CHAVEIRO, E. F.; VASCONCELLOS, L. C. F. Cartografias existenciais – premissas de uma leitura. In: CHAVEIRO, Eguimar. F.; VASCONCELLOS, Luiz C. F. **Uma ponte ao mundo: cartografias existenciais da pessoa com deficiência e o trabalho**. Goiânia/GO: Kelps, 2018. pp.25-42.

CHAVEIRO, E. F.; VASCONCELLOS, L. C. F. **Uma ponte ao mundo: cartografias existenciais da pessoa com deficiência e o trabalho**. Goiânia/GO: Kelps, 2018.

CHAVEIRO, E. F.; VASCONCELLOS, L. C. F. **Uma ponte ao mundo: cartografias existenciais da pessoa com deficiência e o trabalho**. Goiânia/GO: Kelps, 2018.

CHAVEIRO, Eguimar F. Por uma cartografia existencial: representações sobre a pessoa com deficiência. **Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate**, V 3, N. 1, jan-jul. 2017.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/convencao>. Acesso em: 18/07/ 2020.

CORRÊA, Ana Paula Saragossa. **Espaço e existência dos trabalhadores com deficiência visual na cidade de Goiânia-GO**: vivência clara e visões obscuras. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFG, Jataí/GO, 2020.

CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito-chave da Geografia In: CASTRO, Iná E; GOMES, Paulo Cesar Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceito e temas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DE PAULA, L. S. B. Cultura escolar, cultura surda e construção de identidades na escola. **Rev. bras. educ. espec.** vol.15 no.3 Marília Sept. /Dec. 2009.

DEJOURS, C. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Org.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo15, 2004.

DINIZ, D., BARBOSA, L. e SANTOS, W. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur, Rev. int. direitos humano**. vol.6 no.11 São Paulo Dec. 2009.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo Sycorax São Paulo : Elefante, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017

GIRARDI, Giseli. **Mapas Desejantes: uma agenda para a cartografia geográfica.** In: PROPOSIÇÕES, Campinas-SP, Vol.20, N. 3 (60), Pag. 147-157, 2009.

GLEESON, Brendan. Introduce. In: GLEESON, Brendan. **Geographies of disability.** New York: Routledge, 1999. p. 1-12.

GONÇALVES, R. J. A. F.; SANTANA, A. T. O trabalho: entre a opressão e a emancipação. In: CHAVEIRO, E. F.; VASCONCELLOS, L. C. F. **Uma ponte ao mundo: cartografias existenciais da pessoa com deficiência e o trabalho.** Goiânia/GO: Kelps, 2018. pp.79-97.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder.** Barcelona: Herder, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional –** São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Senso Demográfico 2010.** Brasília/DF, 2010.

KAUCHAKJE, Samira. “Comunidade Surda”: as Demandas Indenitárias no Campo dos Direitos, da Inclusão e da Participação Social. In Silva, Ivani Rodrigues, Kauchakje, Samira, Gesueli, Zilda Maria. **Cidadania, Surdez e Linguagem: Desafios e Realidades.** São Paulo: Plexus, 2003, pp. 57 – 67.

LACOSTE, Yves. **A Geografia, Isto Serve, Antes de Mais Nada, Para Fazer a Guerra.** São Paulo: Editora Papirus, 1988.

LIMA, Angelita. P. de.; MENDES, Dóris F. R. De perto ninguém é...inteiro quando a arte revela potência do e no corpo (D)eficiente. In: CHAVEIRO, E. F.; VASCONCELLOS, L. C. F. **Uma ponte ao mundo: cartografias existenciais da pessoa com deficiência e o trabalho.** Goiânia/GO: Kelps, 2018. pp.139-160.

LIMA, Michele P. de. Et.al. O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. RAM, **REV. ADM. MACKENZIE**, V. 14, N. 2, 2015.

MADSEN, Willard J. É preciso ser SURDO para entender... *In*: INTEGRA Surdos. Sorocaba, c2019. Disponível em: <http://www.integrasurdos.org.br/poema-do-escritor-surdo-willard-j-madsen/>. Acesso em: 19 jun. 2019.

MATTOS, Edna Antonia de. Deficiente Mental: Integração/Inclusão/Exclusão. **VIDETUR - 13**, Espanha, 2002. p. 03-20.

MELO, M. M. T. de. **Família e escola: criando identidades na constituição do sujeito surdo** / Mércia Maria Tavares de Melo. - 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 407 p.

POCHE, B. A construção social da língua. *In*: VERMES G.; BOUTET, J. (Org.). **Multilinguíssimo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

PERLIN, G. Identidades surdas. *In*: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

ROCHA, Otávio G. **Narrativas cartográficas contemporâneas nos enredos da colonialidade do poder**. 209 f. Dissertação (mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SÁ, N.R.L. **A educação dos surdos: a caminho do bilinguismo**. Niterói: EDUFF, 1999.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005.

SANTOS, Renato Emerson. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. *In*: **Anais... XII Colóquio de Geocrítica**. Bogotá: Bolívia, 2016, p. 1-16. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/16->>. Acesso em: 12/03/2021

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Ronan E.; BORGES, Cátia R. Inclusão de Profissionais com Deficiência no mercado de Trabalho: entre a Pinguela e a Ponte em Construção. *In*: CHAVEIRO, E. F.;

VASCONCELLOS, L. C. F. **Uma ponte ao mundo: cartografias existenciais da pessoa com deficiência e o trabalho.** Goiânia/GO: Kelps, 2018. pp.113-138.

SASSAKI RK. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA; 1997.

SENNET, R. **A corrosão do caráter.** Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

SILVA, T. T. da. **A Produção Social da Identidade e da Diferença.** In Silva, Tomaz Tadeu da; Hall Stuart; Woodward Kathryn. **Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SRNICEK, N. **Platform capitalism.** Cambridge: Polity Press, 2017.

SOUZA, M. R.; KAMIMURA, A.L.M.; **A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho: um estudo no Balcão de Empregos da Associação dos Paraplégicos de Uberlândia-MG – APARU, dezembro de 2009.**

TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 2, p. 273-294, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Topofolia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina: Eduel, 2012.

VASCONCELLOS, Luiz Carlos F. **Saúde, Trabalho, Justiça.** 1. ed. Rio de Janeiro: Reptoarte, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão e Governamentalidade.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947-963, out. 2007.